

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA/ Bacharelado**

Autor: Gilson Manoel de Arruda

A BELLE ÉPOQUE EM MACEIÓ

Maceió - AL, 2022.

GILSON MANOEL DE ARRUDA

A BELLE ÉPOQUE EM MACEIÓ/AL.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de História, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em História, sob a orientação da Prof. Clara Suassuna Fernandes.

UFAL, Maceió - AL, 2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

A779b Arruda, Gilson Manoel de.

A Belle Époque em Maceió/AL / Gilson Manoel de Arruda. –
2022.76 f. : il. color.

Orientadora: Clara Suassuna Fernandes.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em
História: Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió,
2022.

Bibliografia: f. 75-76.

1. Belle Époque – Maceió (AL). 2. Regime republicano. 3.
Modernidade.

I. Título.

CDU: 981.35

COMISSÃO JULGADORA

**Prof.^a. Clara Suassuna Fernandes
(Orientadora).**

Universidade Federal de Alagoas

**Prof. José Roberto Santos Lima (Membro da Banca
Examinadora).**

Universidade Federal de Alagoas

**Prof. Alberto Vivar Flores (Membro da Banca
Examinadora).**

Universidade Federal de Alagoa

“História do Tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”.

Zygmunt Bauman.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter chegado até aqui, dedico essa monografia a minha amada filha Júlia S. de Arruda, minha mãe dona Solange Maria Marques Negrão e meu pai Gilberto Manoel de Arruda, a toda minha Família e em especial a Josefa Maria Marques Negrão, que me ensinou, que com grandes poderes vem grandes responsabilidades. A todos os professores do curso da universidade federal de Alagoas, em especial a minha prof.(a) Clara Suassunapela orientação.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade buscar compreender o surgimento da Belle Époque em Maceió/AL no início do século XX, através do regime republicano. Fizemos o levantamento bibliográfico e buscamos jornais de Alagoas, que noticiaram os eventos e atividades que caracterizou a origem da modernidade na cidade de Maceió. Analisamos as práticas do regime republicano em Maceió para inserir no imaginário popular os seus heróis e símbolos de progresso e modernidade. Nesse sentido, a República tinha como objetivo propagar a modernidade, com a finalidade de obter com isso o esquecimento do regime anterior, Imperial, que logo se classificaria como antigo ou ultrapassado, por conta de novas políticas de progresso no cotidiano dos maceioenses.

Palavras Chaves: Belle Époque, República, Modernidade.

ABSTRACT

The present work aims to understand the emergence of the Belle Époque in Maceió/AL at the beginning of the 20th century, through the republican regime. We did a bibliographic survey and searched for newspapers from Alagoas, which reported the events and activities that characterized the origin of modernity in the city of Maceió. We analyze the practices of the republican regime in Maceió to insert its heroes and symbols of progress and modernity into the popular imagination. In this sense, the Republic aimed to propagate modernity, in order to achieve the forgetting of the previous, Imperial regime, which would soon be classified as old or outdated, due to new policies of progress in the daily life of Maceioenses.

Keywords: Belle Époque, Republic, Modernity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 – PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO EM MACEIÓ ATRAVÉS DA REPÚBLICA (1889-1930)	11
3 – A DIFUSÃO DA REPÚBLICA NO IMAGINÁRIO SOCIAL ATRAVÉS DOS SÍMBOLOS, MONUMENTOS E CORTEJOS CÍVICOS EM MACEIÓ	39
4 – MODERNO, MODERNISMO, MODERNIZAÇÃO EM MACEIÓ DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	53
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo identificar as transformações que ocorreram em Maceió no início do século XX, com a chegada do Regime Republicano, identificar as diversas atividades que levou a capital alagoana “adotar” o modelo de modernidade conhecida como Belle Époque na sua política nos anos iniciais da república. A pesquisa foi desenvolvida para que pudéssemos compreender esse processo de modernização, que mudou as regras do cotidiano em Maceió/AL.

O capítulo um buscamos compreender a acedência da modernidade, que nos fez identificar acontecimentos que corroboram para que a modernidade na capital alagoana se acentuasse e surgisse em meio a tão conturbada República de 1889. A conferência pan-americana dos Estados Unidos da América na tentativa de fazer com que o livre comércio avançasse para todos os países, baixando as burocracias e as taxas sobre exportação dos produtos dava ao nosso território a maior movimentação ao comércio do país (Brasil), conseqüentemente o Estado e a capital Maceió, que por isso sofreu na entrada do início do século XX inserção de alguns produtos tecnológicos, cosméticos, vestuário, produtos midiáticos como o cinema, litografia com imagens dos lugares mais bem organizados da capital, tinha-se também a fotografia, as roupas esportivas e suas atividades, a arte com as pinturas e exposições de quadros além da manifestação cultural popular no carnaval e em festas juninas. Tudo isso se misturava às antigas tradições que existiam na cidade. Portanto o capítulo um mostraremos esses fatores que foi de suma importância para que a modernização prosseguisse em Maceió.

O capítulo dois tem como objetivo identificar os símbolos do regime republicano e novas arquiteturas na cidade, que a República implementou em Maceió com a justificativa de modernização, e que diluiu no imaginário dos maceioenses, a ponto de misturar-se nas paisagens urbanas. Implementando a política de progresso, o regime trouxe a Maceió a Belle Époque nas arquiteturas das casas e prédios, nas praças e prédios novos do Governo, a finalidade era fazer com que o povo esquecesse o antigo regime.

A República passava-se a ser vista como algo novo, “moderno”, que mudaria as vidas dos mais pobres, criando assim esperança para todos, de que suas vidas iam melhorar. Toda construção, toda obra era significado de desenvolvimento, e levaram os nomes de seus heróis, desta forma ia se implementando a aceitação do regime no

imaginário das pessoas. As pessoas viam de canto a canto os símbolos e as ações e os agentes republicanos em toda parte da cidade.

O capítulo três tem como objetivo buscar entender ideias do movimento de modernização, que contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Maceió no início do século XX, como os lugares da cidade foram sendo modificados ao longo da primeira República em Maceió (1889-1936), a filosofia de modernização de que o velho já não existe mais e que o novo é o que resta, esse tipo de ideia contribuiu para implementação do regime da primeira republicana.

As ideias de modernização deixou o que era antigo para trás, sendo o moderno algo do tipo do que viria para “mudar” a vida dos maceioenses. Nesse sentido podemos compreender como a sociedade esqueceu tão facilmente o antigo regime Imperial. Termos antigos tomaram outros significados, como antigo e moderno que obteve seus conceitos atualizados por conta da revolução Industrial.

1 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO EM MACEIÓ ATRAVES DA REPÚBLICA.(1889-1930).

Os grupos políticos de oposição que existiam no Brasil do século XIX (1834), conseguem, a muito custo, autonomia para as províncias através do Ato adicional de 1834, uma das últimas concessões a estes grupos radicais. As elites políticas, no governo, organizaram suas oligarquias e criaram forças locais que pudessem conter mediadas revolucionárias, construindo estruturas políticas conservadoras e que mais tarde consolida a oligarquia.

A oligarquia brasileira, no entanto, desde seus primeiros tempos, revelou pequena tolerância para com a oposição. Os grupos no poder consideravam o Ato Adicional (1834), que garantiu maior autonomia aos governos provinciais, a última concessão aos anseios dos grupos radicais. A partir de então, as elites se tornaram mais conservadoras e trataram, na expressão de um de seus representantes, de “parar o carro revolucionário”. Com esse intuito, o governo da regência criou a Guarda Nacional, colocando à disposição das “classes proprietárias” uma força policial que seria usada na manutenção do poder local. O Exército, por sua vez, foi incumbido de reprimir os movimentos dissidentes em escala nacional. Dessa forma, nos meados do século, a oligarquia consolidara seu poder. (COSTA, 1999, p. 10-11).

Neste momento a forma de produção econômica no Brasil, não sofre grandes modificações, a força da mão de obra ainda era executado por homens e mulheres escravizados e as relações sociais eram feitas através de troca e favores. A movimentação social dependia da patronagem desta elite econômica. (COSTA. 1999, p.11).

O capitalismo nessa época influenciava com seu liberalismo individualista, maior valorização do trabalho e da poupança. No entanto, fazia pouco sentido em uma sociedade escravista, sem liberdade alguma de economia. Segundo Costa (1999, p. 11), “[...] os setores “industriais” em formação que aparecem no fim do Império – não chegaram a desenvolver uma política independente”. Sendo assim, os grupos que surgiam acabaram por ser mesclar aos grupos dominantes.

O desenvolvimento econômico, no entanto, teve efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo que conferiu relativa estabilidade ao regime, assegurando a sobrevivência da economia agrária e exportadora, estimulou a urbanização e o desenvolvimento do mercado interno, gerando cisões entre setores da elite. (COSTA, 1999, p. 13).

A economia acontecia de forma agrária e exportadora, de modo que estimulou o surgimento da urbanização ainda que timidamente, desenvolveu o mercado interno e gerou cortes na política entre os setores da elite. Com o desenvolvimento do comércio internacional e sua expansão e, também da utilização de meios de transportes, que ajudou a comercialização internacional de exportação de produtos passou a novas perspectivas para a economia brasileira no fim do século XIX. Segundo Costa (1999, p. 14), explica que “A expansão do mercado internacional e a revolução no sistema de transportes abriram novas possibilidades para a agricultura brasileira no século XIX”.

No ambiente político, a rixa dos dois vícios ideológicos, conservadores e liberais, levaria o país a um caminho onde o império cairia e a República acendia, porém com as mesmas mazelas de sempre, passando apenas para um outro regime político, mas com adaptação da mesma elite agrária/conservadora. Os privilégios continuariam nas mãos da elite e o povo pouco participará dos assuntos e decisões do Estado. Na verdade, houve algumas mudanças. O partido republicano juntou grupos sociais insatisfeitos com algumas decisões políticas passou a atuar com mais ênfase contra o sistema colonial. A diferença era que levariam às ruas os palanques e comícios.

O Partido Republicano recrutou adeptos nesses grupos sociais insatisfeitos. Republicanos e abolicionistas adotaram um estilo político novo. Pela primeira vez, a política saía dos limites estreitos dos conchavos familiares para a praça pública. Os políticos falavam às populações urbanas. Os poetas e escritores voltaram a falar do povo, redescobrimo-o, como fonte de inspiração. Apesar dessas tentativas de mobilização popular, a República se faria como a Independência se fizera – sem a colaboração das massas. (COSTA, 1999, p. 17).

O povo era o alvo, a busca por melhorias sociais e econômicas parecia ser anseio de todos, mas isso ficara apenas no discurso, pois a República efetivamente não buscou o apoio desta parcela da sociedade.

O que inspirava a elite a apoiar o regime republicano para derrubar o sistema colonial, era as correntes científicas, oriundas da Europa, correntes filosóficas como o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Augusto Comte, este último a essência dos muitos seguidores brasileiros.

As bases de inspiração dessas novas elites eram as correntes científicas, o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Augusto Comte. Sua principal base de apoio econômico e político procedia da recente riqueza gerada pela expansão da cultura cafeeira no sudeste do país, em decorrência das crescentes demandas de substâncias estimulantes por parte das sociedades que experimentavam a intensificação do ritmo de vida e da cadência do trabalho. Os ricos fazendeiros de café do Sudeste pretendiam que com a República fosse implantado o sistema federalista, assegurando-lhes não só o controle dos seus próprios rendimentos, como condições de usar seu poder econômico para decidir os destinos da futura ordem republicana.

(SEVCENKO, 2006, p. 14).

O sistema colonial entra em crise e a partir da expansão do mercado e do desenvolvimento crescente do capital industrial, além da crise absolutista, tornam-se inoperantes perante o mecanismo restritivos do comércio e de produção, buscando-se a implementação do federalismos e dando maior autonomia as regiões do país. (COSTA, 1999, p. 20).

Aponta, entre os fatores da proclamação da República, a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República promovida por meio de livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império, a pernicioso influência do poder pessoal, a atuação do “numeroso partido republicano” existente em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da Lei Áurea, a atitude da Armada e do Exército, a má disposição em relação a um terceiro reinado e, finalmente, o fator desencadeante do movimento: a política levada a efeito pelo ministério de 7 de junho contra os republicanos e as classes armadas. (COSTA, 1999, p. 389).

O império tinha deixado marcas de uma economia “fechada”, mas as novas exigência demercado, com o aumento da produção econômica, o processo começou a mudar. O processo de transição foi complexo e a “luta” entre os interesses econômicos foram

acontecendo. De acordo com Costa (1999, p. 20), “A Coroa estava interessada na expansão dos seus domínios e no usufruto das rendas coloniais [...]”.

Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareceriam então como obstáculos aos grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais. O extraordinário aumento da produção proporcionado pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios. O sistema colonial tradicional passou a ser criticado. A teoria econômica foi reformulada e os postulados mercantilistas substituídos pelas teses do livre-cambismo, mais adequadas ao novo estágio de desenvolvimento econômico e aos interesses dos no-voos grupos associados ao processo de industrialização. (COSTA, 1999, p. 21-22)

As relações comerciais ao tomar proporções internacionais, coloca em questão o regime colonial, uma vez que o aumento da produção estava destinado a alcançar uma maior intensidade pela mecanização, tornar-se-ia incompatível com o mercado fechado (controlado/limitado) utilizado pelo regime absolutista da colônia. Uma nova teoria econômica visava à tese de livre câmbio, observando os interesses de novos grupos industriais que estavam associados ao processo de industrialização.

Os grupos ligados à incipiente indústria pleiteavam a proteção do governo. Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, redigido por Felício dos Santos, afirmando que o país só se poderia libertar da instabilidade e dos riscos da economia monocultora se desenvolvesse a indústria. Só assim seria possível diminuir a importação, aliviar a balança comercial e alcançar a independência econômica. Para isso, entretanto, era preciso o apoio governamental. Fomentar a produção industrial através de todos os meios era o que pleiteavam os empresários. Tais aspirações, entretanto, nem sempre encontravam boa acolhida nos setores agrários que tinham ampla representação no Parlamento. (COSTA, 1999, p. 465).

Toda essa ideia de rever as prática econômicas coloniais para adentrar nas práticas econômicas industriais advinha do continente europeu, que reformula seu movimento como já pregava Adam Smith: onde criticava o sistema do trabalho escravo, o monopólio. Ele incentivava o comércio de livre concorrência com o fim das taxas cambiais. Segundo Costa (1999, p. 21) coloca que Adam Smith “[...] em 1776,2 criticava a política mercantil,

condenava os monopólios, os tratados de comércio e o trabalho servil: bases do sistema colonial tradicional”.

Foi por essa razão que as populações coloniais se mostraram receptivas as ideologias revolucionárias que se difundiam na Europa no século XVIII. A despeito da censura, os livros de Rousseau, Montesquieu, Raynal e mesmo de alguns autores mais radicais, como Mably, chegavam à colônia e inflamavam os espíritos. Mais importante do que a sedução dos livros, na divulgação do pensamento revolucionário, foi o impacto da Revolução Americana e da Revolução Francesa. (COSTA, 1999, p. 25).

O poder do imperador fora questionado, sua soberania tornava-se fator de dúvida depois das duas revoluções: Francesa (1789-1799) e Americana (1776-1783). A elite da economia brasileira, nesse momento, começava a manifestar o desejo de uma liberdade de comércio.

De acordo com Costa (1999 p. 24-25), o povo “[...] crítica ao poder indiscriminado dos reis, afirmação do princípio de soberania dos povos, do direito dos povos se desenvolverem livremente, segundo seu arbítrio”.

Pouco a pouco o terreno para o regime da República no Brasil começou a ser formado e preparado, as ideias do liberalismo adentravam o Brasil colonial. “A abertura dos portos em 1808 e a entrada de novos estrangeiros (com práticas políticas diferentes) em número crescente a partir dessa data, intensificando os contatos entre Europa e Brasil, facilitaram mais ainda a divulgação de ideias revolucionárias” (COSTA, 1999, 28-29).

Finalmente, o Partido Republicano, igualmente interessado na Independência, composto na sua maioria de elementos de tendências mais radicais e democratas, ligados a atividades urbanas: farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores, pequenos comerciantes e padres. Um número importante destes liderados por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, reunira-se na loja maçônica “Grande Oriente”. Sonhavam com um regime republicano semelhante ao adotado nos demais países da América. (COSTA, 1999, 49).

O partido republicano composto de ideias radicais, além de tudo, trazia consigo uma demonstração de que era a oposição ao regime imperial. O processo político foi sendo corroído, aos poucos, como se diz popularmente: corroendo-se pelas beiradas até conseguir derrubar o imperador Dom Pedro II e fazer com que fosse proclamada a República em 1889, ao final do século XIX.

De 1870 até 1889, o partido republicano ampliou sua influência. Criaram-se clubes republicanos em várias regiões. Surgiram jornais republicanos por todo o país. Concentravam-se de preferência no Sul. Fazendo uma análise da distribuição dos clubes e jornais republicanos existentes no país, às vésperas de 1889, Oliveira Vianna demonstrou que 73% dos jornais e 89% dos clubes localizavam-se nas províncias do Sul do país, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. (COSTA, 1999, p. 479).

Era notório que os republicanos já haviam pregando suas ideias contra o regime colonial e se lançava como um regime de liberdade, paz e prosperidade. É com essa justificativa positivista que o Brasil ao se tornar República, realiza acordos com a Conferência Pan- Americana. Paz entre os países republicanos das Américas e prosperidade através do livre comércio, anulando as taxas aduaneiras. Realizando assim um grande movimento comercial sem barreiras, rompendo fronteiras, que adentaria nas nações da América Latina.

A monarquia identificava-se com a Europa e, nesse contexto, era a antítese da ideia americanista. Com a República, do Brasil pôde, finalmente, assumir sua identidade americana, muito de acordo com o já antecipado em 1870 no Manifesto Republicano: “somos da América e queremos ser americanos”. (SANTOS, 2004, p. 114).

O que corroborou, também, para que o regime republicano viesse a dar seu grito de Proclamação no Brasil, seria a característica de um país nacionalista. Quem estava no trono era uma de linhagem portuguesa e não um brasileiro. De acordo com Costa (1999, p. 33), “O nacionalismo brasileiro manifestava-se sobretudo sob a forma de um antiportuguesismo generalizado”.

Esse perfil novo do Brasil estavam nas mãos de uma elite de cafeicultores e de produtores de açúcar, militares e profissionais liberais.

Convocada pelos Estados Unidos, que passaram a liderar as iniciativas interamericanas sob a nova bandeira do pan-americanismo (termo criado na década de 1890), a Primeira Conferência Internacional Americana reuniu-se, em Washington, de 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, e resultou na criação de um escritório de comércio para as repúblicas americanas subordinado ao Departamento de Estado norte-americano [...]. (SANTOS, 2004, p. 109-110).

O Brasil anunciou sua proclamação da República em 15 de novembro de 1889, através do Marechal de Guerra, Manoel Deodoro da Fonseca, e não tardou muito para que os planos dos republicanos viessem a ser concretizados. Segundo Santos (2004, p. 113): “Com a queda do império, houve uma guinada também na política externa brasileira. Buscou-se fortalecer as relações com os Estados Unidos e com a Argentina e passou-se a apoiar as iniciativas interamericanas”.

Importam um modelo republicano europeu com princípios Liberais da economia, que vão abrir espaços para nova ampliação de atividade econômica, numa tentativa de entrar junto com outros países externos que já tinham princípios de economia liberais republicanos. O Brasil início concorrer com esses países modernos.

Quando um conluio envolvendo militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos culminou na proclamação da república, não era de surpreender que uma das primeiras medidas adotadas fosse uma completa abertura da economia aos capitais estrangeiros sobre tudo inglês e americanos, a permissão para bancos privados emitirem moedas, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de moderno mercado de ações, centrado na bolsa de valores do rio de janeiro. A ideia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país “a todo custo”. Os resultados foram dois, um fluxo inédito de penetração de capitais ingleses e americanos no país e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações, chamada singelamente de “o encilhamento”, numa referência ao ponto de partida do qual os cavalos disparam no turfe. Era a entrada triunfal do Brasil na modernidade. (SEVCENKO, 2006, p. 14-15).

A ânsia que se tinha em seguir os ideais norte-americano dos tratados econômicos, veio em parte se realizar quando o Brasil já republicano, passa a participar das confederações Pan-Americanas, e aceitar alguns acordos. Nessa época os Estados Unidos da América procuravam se estabelecer como país que propagaria seus ideais capitalistas no mundo. O Brasil dos republicanos, o tinham como modelo preferido para sair do atraso, uma vez que, os (EUA) Estados Unidos da América também foram colônia e ascenderam com seu regime republicano.

Os primeiros, lembrando as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma ideia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. (COSTA, 1999, p. 387).

Na citação acima fica claro que as ideias republicanas no Brasil, não aparecem apenas no século XIX, mas sempre estiveram no âmbito da colônia. Podemos dizer que o processo foi amadurecendo pelos movimentos políticos que aconteceram e se intensificaram a partir da Regência (1831 a 1840). O Brasil era voltado economicamente para uma política de territórios, foi abordada uma possível negociação de paz entre os países republicanos. De acordo com Santos (2004, p. 110), cita que “com o propósito de considerar e discutir as maneiras de prevenir a guerra entre as nações da América”. A ideia era criar um ambiente favorável entre as nações e que essa expansão comercial industrial funcionasse livremente entre os países, de modo unido entre todos os Estados, só assim sem impedimentos o capitalismo industrial comercial poderia fluir normalmente.

Foram esses acordos entre os regimes Republicanos, que abriram portas e cooperaram para que a segunda revolução industrial técnico-científica adentrasse no Brasil com mais ferocidade no final do século XIX e início do XX.

O primeiro tema das discussões seriam as “medidas tendentes à conservação e desenvolvimento da prosperidade dos diversos Estados americanos”. A atitude livre-cambista do governo e das elites imperiais, somada ao receio envolver-se em esquemas que restringisse sua liberdade de ação, traduziu-se na orientação de abortar qualquer discussão nessa linha: A prosperidade de um país refere-se ao seu estado interno. As manifestações externas são efeitos desse estado [...]. (SANTOS, 2004, p. 118).

O que talvez tenha seduzido a elite aceitarem a o ideal de República e torna-se membro do partido, ou segui-lo era a forma como eles viam a prosperidade de certos países e suas tecnologias, que aderiu ao regime de república junto com o livre comércio entre as nações. Santos (2004, p. 110-111), escreve que “[...] os benefícios dessa prosperidade estão indo exclusivamente para “as três nações comerciais da Europa” - Inglaterra, França e Alemanha”. Em quanto que “asseguram o monopólio do comércio com a América hispânica ... e os ingleses têm o Brasil pelo colarinho”. (SANTOS, 2004, p. 109-110).

Com base nas recomendações da comissão, o congresso estadunidense aprovou, em 24 de maio de 1888, uma resolução instando o Executivo a convidar os governos demais países americanos para uma conferência com o objeto de discutir e recomendar a adoção da arbitragem como instrumento obrigatório para a resolução de suas diferenças, e para acordar meios de incrementar as suas relações comerciais e comunicações diretas. Como modo de aumentar os fluxos de comércio entre os países americanos, seria sugerida

a criação de uma união aduaneira entre os países do continente. Mais do que uma zona de livre-comércio nas Américas, [...]. (SANTOS, 2004, p.111-112).

Por meio das pautas das conferências Pan-Americanas, planejava-se chegar entre um acordo de união entre as nações das américas, com fins econômicos. Em pauta o desejo de aumentar o fluxo comercial entre os países americanos e a criação de uma união aduaneira entre esses países do continente.

Com exceção do Império, os novos Estados americanos que surgiram dos espólios dos impérios coloniais europeus desde o início buscariam legitimar a nova situação a partir da ideia de ruptura com o universo ideológico do Antigo Regime: uma América que se distinguiu da Europa por suas instituições. Em especial por seu republicanismo e, o que era uma novidade então, pela utilização política da ideia de nação como fonte de legitimidade para o Estado. (SANTOS, 2004, p. 131).

Os republicanos buscaram apagar o legado do antigo regime brasileiro. Buscaram uma política sob o lema da prosperidade, aproveitando o comércio de industrialização técnico científica. Criação de instituições para atender ao público a ideia de nação com forte apelo para o Estado. De acordo com Santos (2004, p. 133), “Nacionalidade e cidadania foram, com a crise do sistema colonial, ideias potencialmente inclusivas e igualitárias, mas na prática a participação popular foi de muitos modos restringida e controlada”. Eu concordo com o autor, a participação popular foi limitada.

As práticas do regime colonial serviu de terreno para que a República propagasse as ideias de mudanças. O sistema tributário comercial português que antes sufocava os territórios coloniais, apresentando-se apenas como fonte de renda de matérias primas cedendo para a metrópole, muda quando o Brasil se junta aos seus vizinhos na política comercial.

[...] Libertado do sistema monárquico, que o distinguiu e o singularizava, o Estado brasileiro passou a buscar, do mesmo modo que seus vizinhos americanos, sua legitimação em uma ideia ampla de nação. O Brasil finalmente integrou-se à metáfora “América” das nações e do republicanismo, que representava o rompimento com a “Europa” do Antigo regime e das dinastias. Nesse novo contexto, o apoio do Brasil às iniciativas interamericanas passou a confirmar sua identidade agora plenamente “americana”. (SANTOS, 2004, p.144).

É nesse momento que o Brasil passa a ter o sentimento de pertencimento das Américas.

Em 1870 a 1889 acontecia a corrida capitalista industrial, a produção em massa de produtos como ferro, lã entre outros, que mudava ritmos e comportamentos de toda uma sociedade. Para o Brasil, no final do século XIX, houve uma oportunidade de organizar seus acordos comerciais, através das reuniões Pan-Americanas, já que o império português havia caído, o que lhe restava era aproveitar essa economia capitalista que lhe chegava com intensidade e fome territorial, adentrando todos os espaços possíveis, deixando marcas nas novas construções das cidades brasileiras e nas organizações socioculturais.

Pois embora o ritmo comercial, que configura o ritmo básico de uma economia capitalista, tenha, por certo, gerado algumas depressões agudas no período entre 1873 e meados dos anos 1890, a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). (HOBBSBAWM, 1917, p.38).

As modificações estruturais da sua economia passaram a modificar a paisagem das cidades capitais, onde o comércio tinha maior atividade. As vias férreas obtiveram continuidade iniciada antes em 1882, a implantação de indústria em vários territórios nos Estados e a prática do sistema de crédito culminaram para o desenvolvimento do consumo das pequenas e grandes cidades urbanas e da sociedade. A utilização dos barcos a vapor, também foi fator importante para a economia dos Estados e Municípios.

[...] importantes que irão introduzir algumas modificações na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no sul do país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção. Finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito. (COSTA, 1999, p. 251).

Os fazendeiros passaram a construir suas casas na cidade urbana. Com grandes casarões. As grandes famílias de fazendeiros tornaram-se elite nesses locais, pois com elas existia o poder político, onde praticamente controlavam a vida pública. Em outros centros

capitais mais que situados no litoral, conviviam com outros grupos de trabalhadores, eram exportadores, importadores, trabalhadores liberais.

Escreve Costa (1999, p. 249). Que:

A estrutura patriarcal, o sistema de clientela, os mores dos fazendeiros que construíram casas na cidade, repetindo a estrutura dos casarões de fazenda, não se alteraram de imediato, permanecendo praticamente intactos nos núcleos urbanos, onde imperava, como na zona rural, o domínio das grandes famílias de fazendeiros. Estas tinham o poder político, controlavam a administração e a vida pública. Nos centros mais importantes do litoral teriam que se defrontar com outros grupos: importadores, exportadores, comerciantes representantes das profissões liberais com os quais, aliás, não lhes seria difícil conciliar, tendo em vista a complementaridade de seus interesses. (COSTA, 1999, p. 249).

A multiplicação dessa produção industrial mundial chegou até a pequena cidade de Maceió, em Alagoas, a uma maior participação nas suas importações e exportações junto com outros Estados. As cidades portuárias, como é o caso de Maceió, um com porto em Jaraguá, poderiam se desenvolver de forma autônoma, através do seu próprio comércio local. Além de que o Estado de Alagoas poderia, finalmente, investir nas suas cidades Municipais.

O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes. Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados e que a revolução industrial se estendeu a novos países, como a Suécia e a Rússia. Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento mais intenso que nunca [...]. (HOBSBAWM. 1917, p.38).

Maceió mergulhou em uma onda de modernização por conta das atividades comerciais com outros países da Europa no âmbito dos acordos Pan-Americano e de uma maior influência das industriais dos produtos importados, que adentravam no país.

Embora Maceió tenha sobrevivência na produção de açúcar e algodão, produtos agrários essenciais, ainda assim passou a comportar mudanças justamente por conta dos portos. Foram aos poucos surgindo diversos tipos de lojas desde concerto de brinquedos, concerto de roupas, abertura de cinema, a venda de produtos industrializados. Construções de novas avenidas. Também surgiriam os bondes, os carros, que caracterizava uma maior movimentação nas estradas, dinamizando o comércio industrial para exportação de produtos que eram levados até o porto da cidade, no Jaraguá.

Ficou a cargo dos Estados investirem em si mesmos. Maceió durante a República tratou de demonstrar o poder da política aristocrática, da elite local. Inaugurou em 1902 o Palácio Floriano Peixoto, símbolo maior de soberania do governo. Comprou vários monumentos relacionados à arte moderna, como as estátuas de liberdade e de mercúrio que se encontram na antiga associação comercial e enfeitou suas praças, construiu Teatros, organizava desfiles da proclamação republicana, homenageando seus presidentes, oriundos, nascidos do Estado de Alagoas.

A cidade de Maceió obtinha o privilégio de ser portuária. E por fato disso esbanjou um certo privilégio para seus investimentos locais no centro da cidade. Era beneficiada com construções e investimentos, que serviria como ponto de referência de modernidade, e cartão postal para outras cidades:

As elites no poder, beneficiando-se da produção agrícola, procuraram manter intacta a estrutura tradicional de produção, revelando-se pouco simpáticas às empresas industriais. Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuaram a atuar durante a primeira metade do século XIX. Por isso os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais. (COSTA. 2004, p. 241).

O porto de Jaraguá era conhecido da região por seu fluxo de comércio. Por conta disso, obteve uma atenção maior por parte do governo na questão do seu desenvolvimento. Segundo José Lages Filhos escreveu na revista do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas volume XXXV (trinta e cinco) no ano de 1979, que: “[...] a construção do Porto de Jaraguá, sonho centenário do povo alagoano, hoje considerado o segundo porto mais importante do nordeste brasileiro”.

Embora existisse outras cidades do Nordeste em crescimento como por exemplo Salvador, Recife e São Luiz no Maranhão, a cidade Maceioense procurava estar competindo na mesma demanda comercial. Se ajustava com as construções de alguns logradouros públicos, a mando de governantes do Estado, criação de intendências municipais, companhias de água e luz e esgoto. Aos poucos a cidade ia se formando e tornando-se referência para outros núcleos.

Depois pouco se falou em República. Cada um passou a cuidar de seus interesses imediatos, de seus negócios, dos embarques de açúcar pelos trapiches de Jaraguá, das safras de coco em Maragogi, de canas em Imperatriz, de arroz nas margens do São Francisco, de algodão nas caatingas de Santana do Ipanema, do preço do gado em Viçosa, da produção de tecidos da fábrica de Fernão Velho. (LIMA JR. 2001, p 122).

A cidade tomava avanços significativos que contribuía para seu desenvolvimento. Durante o governo Malta (1900-1912) ficou concretizado início dessa modernidade que adentrou no país por conta do “grande bum” do comércio industrial, conhecida como a segunda revolução industrial e os acordos de livre comércio que o país acordou no início da República, permitindo uma maior transição de produção de mercadorias e exportações nos portos.

O governo Malta a partir de 1902 inaugura o palácio Floriano Peixoto que deu início a fase da *Bella Époque*, que construído para abrigar o governo republicano de Alagoas. Nesse período, início do século XX, houve também reformulação de construção de casas e a implementação dos trilhos e utilização do bonde na região do centro comercial, além do nivelamento de ruas.

Pouco a pouco a cidade ia tomando cara e forma de modernidade, por introduzir os “mesmos materiais” que se via nas grandes cidades da Europa. Organização das ruas e calçadas, alinhamento das casas, compra de novos mobiliários, além dos passeios nas praças e que antes fora abandonada com um imenso espaço vazio. Implementações de pontes e a criação de teatros e escolas. Segundo José Lages filho (1979, p. 36), escrevia que a cidade nas décadas de 20 e 30 já obtinha melhoramentos locais em seus espaços e praças:

Na verdade – diga-se de passagem – o dr. Guedes Nogueira empreendia, além disso, uma série de melhoramentos na capital:

- a) O aterro da estrada que margeia o canal da Levada até o ponto, à margem da Lagoa do Norte, denominado *Espera*;
- b) O calçamento de parte da rua do Saraiva (av. da Paz, atual Duque de Caxias);
- c) O ascensor Guedes Nogueira, da rua 15 de novembro (atual João Pessoa) ao Jacutinga (Farol);
- d) O nivelamento da praça Deodoro;
- e) A canalização das águas pluviais do planalto Santa Cruz, que desce pela ladeira dos Martírios (atual avenida Moreira e Silva);
- f) A cobertura das sarjetas no cruzamento das ruas, por chapas ou pontilhões de ferro, para fácil acesso dos veículos. (DUARTE. 1979, p. 36)

Segundo COSTA (2004, p. 240), as cidades litorâneas brasileiras passaram a ser foco da administração política, dando a elas vidas novas uma vez que, se tornariam núcleos urbanos importantes.

Com a Independência, as funções burocráticas e políticas ganharam novo relevo. As capitais das províncias, quase todas, aliás, situadas no litoral, tornaram-se centros político-administrativos importantes, o que daria nova vida a esses núcleos urbanos. A intenção de criar uma elite capaz de governar o país acarretou a fundação de algumas faculdades (Rio de Janeiro, Recife e São Paulo), criando estímulos novos para a vida urbana.⁶ Os fazendeiros começaram a construir casas nas cidades. A Corte tornou-se o grande centro das atrações. (COSTA, 2004, p. 240).

Maceió era a cidade para onde os recursos se dirigiam com mais foco. Durante o início da República o município recebeu investimentos em diversas áreas do setor público. De governo em governo se fazia, se construía e se modernizava. Modernização essa que influenciaria nas vidas das pessoas, em seus cotidianos, através das fabricas de linho e algodão e também de tecido.

Maceió foi tomando a imagem cidade europeizada, com atrativos semelhantes das cidades europeias, como a França, (EUA) Estados Unidos da América, Itália. Maceió ao implantar suas praças no centro da cidade procurou adequar-se a imitação parisiense de praças para passeio da elite local. Muitos dos seus monumentos, colocados nas praças, como a imagem do Marechal Deodoro e Floriano viraram cartão postal. Tudo que era construído, era símbolo de algo moderno oriundo do comércio que a República coordenou e servia de postagem para demonstrar quão atrativa e próspera era a cidade por conta do novo regime, que representaria o Estado para todo o país e quem sabe até mesmo para estrangeiros.

Segundo Macedo e Robba (2003), a influência do paisagismo francês e italiano fez surgir no Brasil o gosto pelos jardins, com a valorização da vegetação, a proliferação de jardins nas residências, a abertura de jardins botânicos e a arborização das vias (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 25), numa campanha de modernização, salubridade e embelezamento das cidades (MACEDO; ROBBA, 2003, p 27). (AZEVEDO, 2018, p. 49).

Com a facilidade que houve para o comércio de exportação, com a implementação das ferrovias, e também com a afrouxo das taxas de cobrança através do acordo brasileiro durante a participação das reuniões Pan-Americanas, o comercio de exportação de

produtos passou a ser mais intenso, e as fábricas como a de Fernão Velho passaram a surgir produzindo linho, o comércio do algodão, do açúcar, intensificou-se, conseqüentemente a cidade prosperava e a economia acelerava de uma certa forma, mudando a rotina dos maceioenses.

A baixo a tabela da produção, produtos mais comercializados em Maceió através do porto de Jaraguá durante o início do século XX.

De acordo com Tércio Wanderley, que escreveu sobre a política econômica de Alagoas na revista do Instituto Histórico e Geográfico em 1979, dirigida por Abelardo Duarte. (Volume XXXV, p. 44) em sua tabela de acordo com o Serviço de Estatística de Alagoas, coloca o açúcar, o tecido e algodão como os principais produtos produzidos:

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
Açúcar	891.643 toneladas	388.829.331\$000
Tecido	25.104 toneladas	129.873.090\$000
Algodão	25.104 toneladas	28.053379\$000
Arroz	25.989 toneladas	11.796.661\$.000
Coco	70.767 milheiros	11.732.561\$000
Milho	69.677 toneladas	10.188.693\$000
Pele	4.659 toneladas	8.783.379\$000
Álcool	156.980 hectolitros	8.155.569\$000
Caroço de algodão	47.205 toneladas	5.157.225\$000
Mamona	7.400 toneladas	3.476.510\$000
Aguardente	75.690 hectolitros	2.270.794\$000

A comercialização desses produtos, inclusive do açúcar, teve no período 1918/31, de acordo com o levantamento estatístico, efetuado pelo Serviço de Estatística de Alagoas.

Alagoas do início do século XX, passando pelo porto em Maceió já produzia vários tipos de produtos, e exportava para fora do país ou para outros Estados. A produção do açúcar, tecido e algodão, em 1918, dominou a comercialização na arrecadação até 1931. De acordo com Tercio Wanderley que escreve “Além dos produtos referidos, há que se levantar em conta, com ênfase especial, a valiosa contribuição prestada à economia de Alagoas, na década de 1920, pela Cia. Agro Fabril Mercantil de Linhas de Coser, fundada por Delmiro Gouveia, em 1º de julho de 1914”. (DUARTE, 1979, p. 44).

Através das linhas férreas a cidade passou a ter um crescimento populacional significativo. Serviu de estímulo para a urbanização, e as pessoas que viviam nos interiores passaram a residir na capital alagoana atrás de trabalho. O bonde levava os trabalhadores aos seus locais de trabalho. Esse novo momento de desenvolvimento em Maceió provocou nos indivíduos uma nova divisão pública, criação de passeios nas praças. Os Teatros também tinham outros tipos de públicos. Começam a construir Hotéis para atender a população que circula de uma cidade para outra. Casas e pequenos palacetes reformulam suas fachadas, com símbolos modernos, como jardins. Tudo isso provoca uma boa fase comercial sob o domínio da elite econômica.

Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimento urbanizadores. (COSTA, 1999, p. 256).

Com a cidade urbana de Maceió em desenvolvimento econômico, investimentos ligados ao Estado alagoano que implementa: linhas férreas, estimula o comércio de diversos produtos na região movimentando o porto da capital, ainda assim sofria as alagoas com o início do fim dos engenhos Bangüê: no ano de 1937. Entretanto os engenhos estavam prestes a modificar-se, ainda assim em diversas cidades do Estado tinham ao menos mais cinco engenhos, no total eram 605 segundo Duarte, (1979, p.47), espalhado pelo território, só em Maceió havia 17 deles.

No começo da década de 1920 Alagoas contava com treze usinas de Açúcar, a primeira contava da data de 18 de outubro de 1892 no Município de Atalaia, fundada pelo Barão de Felix Vandesmet. Outras, ainda, surgiram no ano de 1894, fundada por Luiz de Amorim Leão, que esmagava 700 toneladas de cana-de-açúcar ao dia. (DUARTE. 1979, p.48).

A usina Serra Grande foi a terceira a se instalar em nosso Estado, e foi fundada por Carlos Benigno Pereira de Lyra, em 1894. E já em 1921, fazia experiências para encontrar o sucedâneo da gasolina, que tivesse como base o álcool. Descobriu o combustível e batizou-o de USGA (Usina Serra Grande Alagoas). E passou a fabricá-lo em escala industrial, mas, para isso, mandou antes o Engenheiro Franz Schmidt à Alemanha, a fim de acompanhar na Saxônia a fabricação dos aparelhos necessários à nova indústria, que foi inaugurada em 23 de junho de 1927. (DUARTE. 1979, p.48).

A Usina de Serra Grande tinha sede em várias cidades tais quais em: três em Recife, uma em Caruaru e Garanhuns, duas em Maceió, uma em Serra Grande, União dos Palmares e Atalaia. (DUARTE. 1979, p.49).

Essas Usinas são retratos dessa modificação apontadas por Duarte.

Ainda nos primeiros anos da República, na década de vinte, Alagoas contava com várias fábricas de tecido. Fábricas fundadas às luzes da República, que ajudariam no desenvolvimento do estado e da capital Maceió. A primeira fábrica conta-se do ano 1888, em Rio Largo, segundo Duarte, (1979, p.51). Em Maceió fundaram-se as fábricas de tecido: Alexandria, em 26 de janeiro de 1911 e Santa Margarida em 1914.

Nas décadas de 20 e 30, funcionava no bairro de Jaraguá o centro mais forte e mais ativo do comércio de Maceió, isso, naturalmente, em virtude de estarem localizados naquele bairro os grandes armazéns e os trapiches, por onde se escova grande parte dos produtos de Alagoas. (DUARTE. 1979, p.52).

No bairro de Jaraguá funcionava (24) vinte quatro companhias. No centro de Maceió funcionavam o total de (34) firmas importantes conhecidas como a Loja Paris, loja América, João nogueira & Cia, Casa Ford. (DUARTE. 1979, p.54), entre tantas outras. Na década de 1930 de acordo com Duarte, (1979, p.54), existiam os seguintes bancos:

- a) Caixa Comercial de Maceió
- b) Banco dos Retanistas
- c) Banco do Brasil S/A
- d) Banco de Londres
- e) Banco Norte do Brasil
- f) Banco de Alagoas

O que era comarca agora passaria a ser Estado e ter um Governador. A elite agrária, que morava nos interiores, passaram a frequentar mais os espaços urbanos da capital, por conta da exportação comercial no porto da cidade. A medida que a cidade se modernizava, através de investimentos das fábricas, indústrias, usinas, comércio utilizando a rede ferroviária, as produções de tecidos e algodão além do comércio local, com os trabalhadores livres em suas barracas ou vendas nas ruas: com os produtos de frutas e legumes, tornou a cidade de Maceió mais atrativa. Os impostos eram convertidos nas melhorias da cidade, criando praças, novas ruas, e companhias comerciais no centro. Ainda assim, o Estado de Alagoas e a cidade de Maceió são poucos citados como exemplo desse novo modelo na esfera nacional, por ser um pouco menor e por ela está cercada entre dois grandes polos: Recife e Bahia. Até pouco tempo a nossa historiografia privilegiavam centros como: Rio de Janeiro e São Paulo ou Minas Gerais, por exemplo:

[...], os Estados de menor relevância tiveram sua história local quase ignorada ou interpretada a partir de deduções de análises construídas para explicar os Estados mais fortes como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, o que dificulta a percepção de suas características próprias e de sua dinâmica pessoal. (TENÓRIO. 1997, p. 13).

Talvez, por conta de ser uma pequena federação, Alagoas e tudo que se via de sua economia e desenvolvimento passaram despercebidos. Em quantos muitos estavam ocupados de olho em cidades mais populosas. “Esqueceu-se” que em Alagoas o desenvolvimento andava em sincronia com a modernidade no centro da cidade, algo notório visto o progresso que a cidade obteve inaugurando um palácio a estilo neoclássico com mobiliário estilo Luiz XV, (no centro da cidade de Maceió) além de pintura nas paredes o prédio abrigava o 1º Governador Estadual civil junto a ele, na mesma praça, a Intendência Municipal de belos traços neogóticos na sua fachada. Era a representatividade simbólica do poder presente na vida e na soberania do Estado de Alagoas.

O crescimento demográfico é o primeiro deles. No primeiro recenseamento do regime de 1889, Maceió apresentava-se com uma população de 31.498 habitantes. No segundo recenseamento verificado no primeiro ano do século XX, com 36.422 habitantes, o que representa um aumento de 5 mil habitantes, [...]. (TENÓRIO. 1997, p. 23).

O processo de urbanização começava a fazer efeito na cidade. No início da República Maceió apresentava-se com pouco mais de trinta e um mil habitantes subindo dentro de cinco anos esse número para mais cinco mil em cinco anos. Algo bastante expressivo e

que interferiu positivamente na evolução da cidade e para a Cultura Modernista do século XX. Segundo Douglas Apratto Tenório na obra *A Metamorfose das Oligarquias* de (1997,p. 23.), descreve o início da modernidade na capital maceioense, com isso

O sonho de modernização passa pela melhoria da capital que parece intimidada por assumir o seu papel de cidade mãe. A inauguração do Palácio do Governo, em 16 de setembro de 1902, em frete à Igreja do Bom Jesus dos Martírio, formoso prédio iniciado em 1893, parece ser a senha dada aos otimistas sobre a inevitável ascensão das novidades trazidas pelo século XX. (TENÓRIO. 1997, p 23).

Com isso, o desenrolar da urbanização na cidade dar-se-ia, no final dos anos de 1920 e avançou nas décadas seguintes. A crescente modernização na cidade preocupou o poder público, pois os habitantes do campo passaram a migra para Maceió assustadoramente, aponto de o governador alertar sobre a imigração do campo-cidade.

O processo de urbanização só viria a ser notado nas próximas décadas e, precisamente, no final da década de 20, o então governador Álvaro Paes chamaria a atenção mais de uma vez em seus relatórios anuais para o ofício, advertindo para os males acarretados com o acelerado esvaziamento do campo e a crescente migração para as cidades, notadamente para Maceió. (TENÓRIO. 1997, p 23).

As construções dos prédios do Tribunal de Contas e do Teatro Deodoro junto com o do Palácio Floriano Peixoto, nas primeiras décadas do regime republicano caracteriza o início da *Bella Época* na cidade. Ela passava a transformar e deixava para trás o ar da cidade provinciana. As modificações ocorreram durante a Oligarquia Malta, como escreve Tenório (1997, p. 24):

Remodelar a cidade, mudar seus ares provincianos tal como acontecia nos grandes centros era imprescindível para se chegar a melhores estágios. Conseqüentemente, era preciso abrir ruas, construir avenidas e praças. Disto não se descuidou Euclides Malta. Foi por ordem sua que se construíram as Praças Deodoro, Floriano e Sinimbu, todas no centro, em homenagem, respectivamente, aos dois grandes soldados da República e ao ilustre Ministro do Império. (TENÓRIO. 1997, p 24).

Maceió avançou economicamente, e procurou o desenvolvimento de sua região central como qualquer uma outra das cidades que se diziam de grande porte, São Paulo, Minas

Gerais ou Rio de Janeiro. Além disso, poucas eram citadas as cidades do Nordeste, apenas Bahia, Recife ou até mesmo São Luiz no Maranhão eram cidades faladas em livros que demonstrassem seus desenvolvimentos econômicos e modernos. Focavam apenas nas cidades com ênfase na economia do café, que era a moda econômica de época, a elite que migrava para a urbe e as economias dos municípios que sobreviviam essencialmente do comércio do açúcar. Perceberam que a mudança acontecia em todo território do país com mais intensidade em algumas cidades e menos em outras. Observavam que o ritmo da industrialização técnico-científica importava a todas as cidades e principalmente as que possuíam portos comerciais em seus territórios caracterizando e protagonizando uma vivência e influência tecnológica/científica. E que o avanço acelerado ocorreu em todos os territórios onde o capitalismo adentrava, transformando o modo de vida das pessoas e os seus cotidianos fazendo-as esquecer da antiga vida provinciana que tinham. O consumo passou a ser a chave do comércio, liberação de créditos através dos grandes Bancos, incentivou a sociedade a consumir mais e a produzir mais matérias para a economia. O resultado dessa nova expansão comercial vinha da Europa em um avanço assustador:

O resultado dessa nova expansão europeia foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização europeia, norte-americana e, em breve, japonesa. Não bastava, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instalá-lhes os hábitos e práticas de produção de consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico- tecnológica. [...]. (SEVCENKO, 2006, p. 12-13).

As ruas da província da cidade de Maceió, recebia pouca ou quase nenhuma atenção por parte do poder político. As velhas ruas da capital não tinham estrutura comercial, cheirava mal a restos de comida jogados nos cantos. Pouco a pouco as ruas foram sendo transformadas e modificadas, como afirma Tenório (1997, p. 25), os intendentess que equivalia a prefeitos hoje tinham mais liberdade para executar o serviço público local.

Os intendentess esforçam-se para mostrar serviço e contribuir para o melhoramento das edididades. Alargar e abrir ruas. O alinhamento começa a ser observado; igualmente, cuidados mínimos de higiene. (TENÓRIO. 1997, p 25).

Grandes figurões passaram a frequentar a modesta cidade Moderna de Maceió. Segundo Tenório (1997, p. 25-26) “apostos disputados por eminentes figurões do interior.

Restaurantes e hospedaria, o hotel passa a ser uma espécie de parlamento extraoficial para os políticos de todas as categorias”.

Esses espaços será importante para a formação e conagraçamento da República maceioense. Douglas Apratto na citação abaixo aponta esses diversos espaços, onde as mentes políticas e econômicas circulavam. Além disso a indicação das áreas para educação do povo alagoano, por outras a indicação da repartição de higiene e junta comercial responsável pela organização urbana da cidade de Maceió.

O verdadeiro coração da cidade se resume a dois bairros; Jaraguá e Centro. No primeiro, estavam o porto com a estação de embarque e desembarque e repartições públicas de destaque, como a Alfandega, a Recebedoria Central, Juízes do Distrito, Telégrafos, além de jardins, praças e outros monumentos. Mais adiante, na enseda de Pajuçara, estavam o vasto edifício da Escola de Aprendizes Marinheiros e, contíguo, a Capitania dos Portos. Ligados os bairros de Jaraguá a Maceió, estava a ponte dos Fonseca sobre o riacho Salgadinho, construída pelo Presidente José Bento da Cunha Figueiredo. Nas imediações, o Liceu de Artes e Ofícios. Do lado de lá ficavam outras repartições importantes, como a Guarnição Federal, a Delegacia Fiscal, o Liceu Alagoano, a Biblioteca pública, a Repartição de Higiene e a Junta comercial. (TENÓRIO. 1997, p 26).

Maceió provia dos órgãos necessários para mantê-la no funcionamento público. Embora com dois mais desenvolvidos por ser uma cidade que abrigava um porto, esses dois centros de mercado econômico movimentaram a economia local, não que não existisse outros bairros, mas os mais frequentados por ter seus investimentos focalizados na comercialização de exportação através do porto de Jaraguá. Pessoas vinham de outros bairros para comercializar no centro urbano de Maceió, que mostrava desenvoltura econômica e de modernização tecnológica e cultural- social.

Na rua Sá e Albuquerque predominavam trapiches, armazéns, companhias de navegação de várias nacionalidades, estabelecimentos de crédito, de seguros, casas de corretagem e seguros e consignações. Nas ruas do Comercio e Boa Vista, epicentro de Maceió, o movimento era ainda maior com as lojas de fazendas, miudezas, ferragens, móveis, calçados, chapéus, armarinhos, louças, tavernas, escritórios e estabelecimento variados. (TENÓRIO. 1997, p 26).

O comércio em Maceió era bastante variado e os maceioenses comercializam de tudo um pouco. Fora do âmbito das industrias a cidade tinha vários tipos de lojas e companhias

que atendiam a necessidade dos comerciantes. Vendia-se de acordo com Tenório (1997,p. 25): “[...] peixe frito, a tapioca, a arroz doce vendidos nas esquinas e tabuleiros enfeitados com papel seda cortado em desenhos de variadas cores...”.

O modelo brasileiro de República não era perfeito, a elite que estava no poder era a mesmabase da era imperial provinciana. Sabia como nunca formar oligarquias para manter-se no controle do poder político público. A revolução industrial técnica-científica proporcionou o início de movimentação comercial bastante acentuada, mais pouco se via planos sociais para as classes mais pobres do Estado. Como cita o próprio Tenório (1997,p. 29),” *A Belle Époque* não chegara para todos e as oligarquias sabiam preservar-se das ameaças das novidades igualitárias da República”.

A elite oligárquica sabia sim usufruir dos benefícios trazidos pelos acordos da República. Desfilavam nas praças, passeando e frequentando festas com seus chapéus e capas pretas de tecido fino e caros, ou quando iam comprar alguma coisa, havia ainda discriminação com certas profissões, onde era restrito o acesso a certos locais mesmo a pessoas em ascendência social. Afirma Douglas Apratto Tenório citando até as capas pretas vestidas por mulheres da época que:

As tais capas eram desvestidas na ante-sala por serviçais de libré. Caixeiros, mesmo de boa ascendência, não dançavam na Fênix Miguelense. Nem os belos portugueses e os grupos espanhóis, que mourejavam nos balcões dos tios ricos, tinham entrada naquele recesso de privilégios. (TENÓRIO. 1997, p 29).

“Somente entravam naqueles recantos aristocráticos os abastados senhores de engenho e os proprietários rurais, os ricos comerciantes, os oficiais da Guarda Nacional, os que ostentavam brilhantes anéis de doutores ou comendas e títulos de grande calor”. (TENÓRIO. 1997, p 30).

Era fácil dominar uma classe trabalhadora que vivia nas canas ou trabalhando nos engenhos, de pouco estudo, já que quase não existia escolas públicas. A sobrevivência dessa população falava mais alto e o trabalho liberal era o único caminho para alguns grupos que trabalhavam, para que a família não morresse de fome. Maioria das escolas ainda era particular, o povo não era ouvido pelas suas reivindicações por seus direitos, por melhores condições de vida. A educação era precária, além de existir poucos

professores. A educação era voltada exclusivamente para a classe dos profissionais liberais e para a elite econômica.

A partir de 1906, o Curso Normal vai tomando vida própria e o seu corpo docente melhor se estrutura. A julgar pelas informações de jornais, revistas e indicadores, a situação geral do ensino, porém, para os mais pobres não sofreu alterações. Com exceção dos Lentes do Liceu e de outras escolas oficiais, cargo que era verdadeiro prêmio a eminentes figuras da sociedade, a situação do magistério era péssima. Entre as que se sobressaíam e recebiam atenção estavam as seis escolas modelos com classificação de três graus diferentes, sendo duas para cada sexo. O ensino secundário era ministrado nas escolas normais de Maceió e Penedo, nos Liceus também daquelas duas cidades, nos cursos de agrimensura e comercial pelo Liceu de Artes e ofícios criado a instância de Montepio dos Artistas Alagoanos na gestão provisória do coronel santos Pacheco, o qual atravessava altos e baixos em seu funcionamento. (TENÓRIO. 1997, p 31-32).

O exemplo de modernização que surge na capital do país, Rio de Janeiro, espalha para as demais capitais brasileiras. A regra imposta pelas autoridades do governo era substituir as antigas casas do centro, e até mesmo as que causavam impasse para o fluxo do comércio. O porto era um lugar de comércio sagrado, onde a economia capitalista não poderia parar nem ter restrições que o atrasasse. Por isso, foi criado um plano de modernização para as cidades, primeiramente, executado no Rio de Janeiro, e que as demais capitais tomam como orientação de cidade moderna:

As autoridades conceberam um plano em três dimensões para enfrentar todos esses problemas. Executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Um time de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves: o engenheiro Lauro Muller para a reforma do porto, o médico sanitário Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o barão de Haussmann, para a reurbanização. (SEVCENKO, 2006, p. 22-23).

A Belle Époque na cidade de Maceió é caracterizada pelos grandes sobrados, construções de ruas e aberturas de avenidas para o comércio, melhoramento na região do porto da cidade, os costumes refinados, a reforma urbana cada vez mais com cara de cidade bela parisiense, e também como não pode faltar os privilégios das elites locais.

A modernização acontecia em Maceió de maneira rápida, evoluindo a cada ano que se passava nas construções urbanísticas, surpreendendo até mesmo os viajantes que passavam pela cidade.

A evolução urbana de Maceió na primeira década do novo século não passou despercebida para alguns viajantes estrangeiros como Reclus ou Paul Waller que já a conheciam há muitos anos atrás e por isto não deixaram de registrar em seus diários: “Maceió situada sobre uma península entre o mar e a lagoa do Norte ou Mundaú é uma cidade florescente, pitoresca e muito graciosa. Mudou muito” ou “A vila propriamente dita construída sobre uma pequena colina é verdadeiramente agradável, progrediu muito e é uma cidade moderna com comércio ativo, 4 jornais diários e numerosos clubes e associações”. (TENÓRIO. 1997, p 35).

A elite que organizava o efeito modernizador procurava com rapidez eliminar as mazelas que passado colonial deixou no atual presente. Segundo SEVCENKO (2006, p. 27). Explica que “Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado do país e pela mera reforma institucional ele teve fixado um nexco coextensivo com cultura e a sociedade das potências industrializadas”.

No entanto, em meio a busca pela modernização e com a chegada do comércio industrial técnico científico, com as reformulações das ruas, das casas e dos lugares entre o centro e porto, existiam aqueles que caminhavam nas margens da pobreza, sem nenhum apoio do Estado, nem tão pouco foram vistos com olhos de compaixão pelos donos do poder político. Os mais pobres sofreram com as mudanças causadas pelo efeito da modernidade. Suas casas foram derrubadas, migraram para a beira das lagoas e praias. Sobreviviam da pesca. Com os casarões extintos, que abrigavam várias famílias, muitos passaram a vagar pelas ruas sem ter para onde se deslocar em busca de sustento. A única certeza era a circunstância de viver um dia após o outro.

Mundo de barracos toscos, construídos nos terrenos íngremes e aladeirados onde os moradores faziam de tudo para sobreviver. Gente sofrida, mestiça, descendente de escravos e índios, alguns de idade avançada, doente, incapacitada para o trabalho, pessoas precocemente envelhecida que lavam e costuram para fora ou fazem pequenos ganhos. Mundo onde as crianças, sem acesso à escola, tinham nas brincadeiras de rua, no esbravamento das fruteiras dos sítios urbanos ou na venda de doces, frutas e bolos para ajudar a renda familiar a sua verdadeira e única aprendizagem. (TENÓRIO. 1997, p 36).

A modernidade crescia nas aparências sociais dos lugares, nas vidas das pessoas era bemvisto apenas o material, as pessoas que podiam ter, os bens sucedidos, os donos de terras e de grandes comércios de companhias. A Bela Época não tinha apreço por pobres, mas, apenas apreço pela estética que formava nas cidades, nas fachadas das novas construções, nos monumentos de bronze, nos novos aparelhos tecnológicos, misturando-se a isso a

República sairia como regime modernizador, passou a implantar no imaginário social e cultural seus símbolos e seu lema de prosperidade e desenvolvimento.

Próximo às áreas de movimento como o embarcadouro da Levada ou do Trapiche, aos eixos comerciais de Jaraguá ou do centro estão os cortiços, galpões de madeira subdivididos internamente por numerosas famílias e alugados por um senhorio implacável na cobrança. Seus habitantes-serventes, carregadores, biscateiros, vendedores e especialistas de tudo superlotam os minúsculos cubículos e estão dispostos a brigar por qualquer motivo. Eles são os clientes habituais de instituições como o Asilo de Mendicância que em 1904 tinha cerca de 309 indigentes, [...] (TENÓRIO. 1997, p 36).

Como se a pobreza dessa gente não bastasse, outro elemento passou a concretizar seus sofrimentos por quase (30) trinta anos, as diversas doenças passaram a dizimar boa parte da população da classe mais pobre. Logo os casarões que abrigava moradia conjunta, foram destruídos por conta dos códigos sanitários que foram implementados durante o início da República.

Aproximadamente entre os anos de 1890 e 1920, surtos de febre amarela, de febre tifoide, de varíola, de peste bubônica e da terrível influenza, a gripe espanhola, apareceram, expandiram-se e dizimaram parcelas dos moradores citadinos, atingindo especialmente seus setores mais pobres, mas não exclusivamente a eles. (SEVCENKO, 2006, p. 104).

As doenças que proliferavam no início do século XX, era de fato o maior desafio do regime republicano e que exigia uma maior transformação nas cidades urbanas que estavam começando a se desenvolver construindo suas características de cidade central. Os constantes surtos atrapalhavam o desenvolvimento comercial, e fazia com que o capitalismo na própria cidade andasse a passos curtos. Como já foi citado a cima a força capitalista precisava de terreno fértil e livre sem empecilhos, chegando a todas as regiões. Era necessário mudar todo o estilo de vida das pessoas, suas moradias, as ruas onde moravam e viviam para atender a mudança que se justificava por conta dos constantes surtos das doenças. Todo os mobiliários e novas construções eram construídas visando acabar com as áreas insalubres. Política de higienização das cidades e que colocaram a população mais pobre longe dos centros urbanos, espaço exclusivo para a classe econômica mais forte: comerciantes, profissionais liberais e latifundiários.

Conjuntamente com os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltam contra as formas coletivas de moradia, configuradas como centros irradiadores de epidemias, além de assegurar ao poder público o

direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência. (SEVCENKO, 2006, p. 105).

As pessoas saíam de suas moradias em de casarões, que abrigava conjuntos de famílias. Para o âmbito individual. Na tentativa também de controle dos agentes infecciosos por conta da falta de higiene e insalubridade.

Em Maceió as doenças também chegavam pelo porto de diversas cidades, que atracavam seus navios na capital. Não existia muitos hábitos de higiene entre tantos trabalhadores seja das fabricas ou liberais, ou os que vendiam algumas coisas dentro de suas casas parapoder tirar o sustento da família. Várias eram as doenças que os maceioenses sofriam, portanto descaso e por de insalubridade. Foi necessário aporta doenças como a varíola para que medidas mais enérgicas viessem a ser cumpridas por parte do governo.

Assim, os agentes transmissores de moléstias encontraram abrigo fácil na terra onde os hábitos de higiene passam longe. Para completar o quadro, o território alagoano vez por outra era invadido por flagelos trazidos de outros pontos, como a peste bubônica que veio de Pernambuco por meio de vapores ancorados em Jaraguá ou pelos trens do ramal de Glicério. (TENÓRIO. 1997,p 38).

No início do século XX, em Maceió segundo Tenório (1997, p. 39) a varíola fazia muitos óbitos. Em setembro de 1908, por exemplo, atacou Maceió, Fernão Velho, Boca da Caixa,Coqueiro Seco, Atalaia, União e Colônia Leopoldina, deixando em poucas semanas, atrás de si, um rastro de 185 vítimas.

Apesar das epidemias a economia de Maceió apresenta resultados interessantes, como poderemos ver abaixo.

Maceió durante os eventos da primeira República começa bem em relação as suas economias de exportação, do qual seu principal produto era o açúcar. Mesmo com as doenças infecciosas a cidade manteve o ritmo de exportação.

Nos primeiros anos do novo regime, uma época favorável à indústria açucareira que terminaria com a crise de 1903, o porto de Maceió exportou regularmente para as praças de N. York, Filadélfia, Liverpool, Boston, Lisboa e, para atender o mercado interno, para o Rio de Janeiro, Santos, vitória, Salvador, Recife, Maranhão, Ceará e Manaus, [...]. (TENÓRIO. 1997, p 41).

Se a cidade conseguia se manter em um padrão moderno isso se dava a economia que o Estado tinha com a indústria do açúcar e pagamento de impostos em dia. O Estado sentiu uma redução das vendas com a crise do café fazendo com que os paulistas adentrassem também na concorrência da comercialização do açúcar. Alagoas passou a comercializar menos. E passou a ter quedas em sua produção. Isso significava um impacto muito forte para um Estado que vinha crescendo.

É possível estudar muito bem o período considerando o ciclo de ascensão e queda dos preços do produto e de seus reflexos nas finanças governamentais na vida de todo Estado durante toda a Primeira República: 1890-1900 (elevação); 1901-1914 (queda); 1915-1920 (elevação); 1921-1923 (queda); 1924-1927 (pequenas elevações); e 1928-1930 (queda). (TENÓRIO. 1997, p 42).

O Estado passou a produzir menos em determinados momentos da primeira República, por vários fatores de acordo com Tenório (1997, p. 44), entre o início do século e até o final dos anos 20, quando a crise atingiu o seu apogeu, enquanto a produção nacional atingiu quase 180% de crescimento a produção da região Nordeste, capitaneada por Pernambuco e Alagoas, chegava a atingir apenas 50%.

Acontece, portanto, uma verdadeira desaceleração no setor, apesar de ser ele bafejado por práticas protecionistas e garantir o mercado da América do Norte que “absorveu entre 1905 e 1906 desde a metade até 7/8 dos açúcares saídos pelo porto de Maceió”.(TENÓRIO. 1997, p 44).

A pesar dos altos e baixos, Alagoas não parou de produzir suas exportações comerciais. Se destacava por ser, também, um dos Estados que mais contribuía para o governo da União Federal. Ainda assim, era vista como um lugar atrasado “órfão” na palavra de Douglas Apratto Tenório, que destacou o protesto do governo alagoano ao receber o presidente da República em um jantar:

Em 1926, por exemplo, durante visita a Maceió do presidente Washington Luís, o Governador Costa Rego, em banquete de boas-vindas, não deixou de marcar o seu veemente protesto contra o que considerava o descaso da União em relação ao estado que governava, considerando-o um “verdadeiro órfão” do Governo Federal, que não reconhecia o fato de ser Alagoas o quinto ou sexto maior contribuinte de impostos para os seus cofres. Era como se Alagoas não contasse no mapa do Brasil. (TENÓRIO. 1997, p 46).

A grande metrópole São Paulo era sustentada pelo sacrifício dos Estados pequenos, que trabalhavam arduamente para chegarem ao status de cidade /capital e manterem o patamar

de centro moderno com suas arquiteturas clássicas. De acordo com Tenório (1997, p. 47), [...] “São Paulo era uma locomotiva que puxava 21 vagões, eram os 21 vagões-Estados que forneciam o combustível para a locomotiva andar”.

Apesar do desejo de muitos intelectuais e profissionais das camadas dominantes de espelhar homens e mulheres brasileiros pelas imagens da burguesia das duas maiores cidades do período – as capitais do progresso, Rio de Janeiro e São Paulo –, essa não era a realidade vivida pela grande maioria dos brasileiros. Os padrões de comportamento burgueses, a modernidade e o consumo foram absorvidos de forma desigual pelas diferentes regiões e cidades e pelas diferentes camadas da população. Grande parte do país permaneceu fiel à agricultura, seja sob a autoridade dos ricos fazendeiros, proprietários de grandes plantações, onde em geral era cultivado em único produto para a exportação; seja como morador das pequenas propriedades, cujo número vinha crescendo desde o século anterior. Nem todas as cidades puderam realizar a modernização desejada, em razão da falta ou do mau uso de capitais. A industrialização, por seu lado, embora tenha deslocado progressivamente a produção para fora do domicílio, não destruiu de uma só vez as formas tradicionais de produção e sobrevivência. (SEVCENKO, 2006, p. 400).

São Paulo só cresceu por conta do privilégio que o Governo Federal lhe deu nas construções de rodovias e junto com o Rio de Janeiro que era capital “favorita”, onde antes era capital do Império. Essas duas cidades detinham a atenção federativa, e os demais ficavam apenas em suas sombras. Porém cidade como Maceió no Estado de Alagoas, mesma esquecida como se não existisse no mapa do Brasil a pequena cidade que começou a se modernizar segundo Azevedo (2018, p. 57-58) explica que “A partir de 1890, em Maceió, desdobram-se orçamentos para investimentos no espaço público e, entre 1910 e 1915 (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 207.), começam os melhoramentos e urbanização da cidade “para tirar os ares passadistas que tinha”.

Com o advento do regime republicano Maceió passou a ter investimentos públicos nos seus espaços, especificamente em 1910 e 1915, e muitas intervenções foram feitas nos três largos existentes dando um melhor visual no centro da capital. Maceió seguia os passos do Rio de Janeiro com desfiles, jardins, construções de clubes e associações culturais, recebendo atividades com festa das igrejas nas praças.

2 A DIFUSÃO DA REPÚBLICA NO IMAGINÁRIO SOCIAL ATRAVÉS DOS SÍMBOLOS, MONUMENTOS E CORTEJOS CÍVICOS EM MACEIÓ.

Durante os anos iniciais do regime Republicano em Maceió, o Estado Republicano tratou de elaborar seus símbolos e espalhar em todas as praças da cidade através das construções do governo. Em algumas dessas praças, levantou-se, construiu-se palácios imponente com arquiteturas neoclássica para uso das instituições republicanas, com a finalidade de demonstrar a sociedade maceioense que o regime republicano faria parte da vida social de todos.

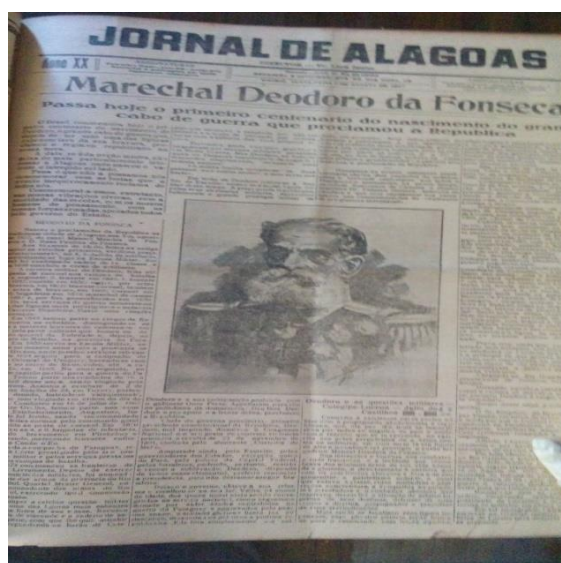
Os monumentos de agentes republicanos foram inseridos nas praças Marechal Deodoro, que ganhou um monumento enorme posto em seu cavalo com as medalhas de suas lutas. O monumento representa o Marechal com seu chapéu saudando a República. Durante muito tempo esse monumento que se encontra na Praça Deodoro foi um dos maiores que o país já viu.

Nessa mesma praça aconteciam às cerimônias da proclamação ou da data de emancipação política de Alagoas, de aniversário do primeiro presidente da república, além de desfiles e cortejos. À medida que isso acontecia formava no espírito social do maceioense aceitação e admiração pelas lutas do regime e pelas novas instituições republicanas, uma vez que a própria sociedade participava dos eventos nas praças, seduzidas pelo novo estilo de vida moderno, que sincronizou com a entrada do regime, e que lhe concedeu uma característica própria. Na imagem um, abaixo, jornal de Alagoas notícia a festa do centenário do nascimento do Marechal Deodoro no dia de domingo 07 de agosto de 1927. Na Praça Deodoro junto ao monumento que foi erigido a pedra fundamental em 10 de março de 1910, uma multidão lutava por espaço para ver aos desfiles das forças armadas e os oradores além das apresentações das escolas. A Praça Deodoro na verdade é uma básica imitação da Praça francesa de paris "*Place de la Concorde*". O responsável por essa elaboração da Praça foi o pintor alagoano Rosalvo Alexandrino de Calda Ribeiro (1865-1915), que havia estudado na França e de lá trouxe suas influências artísticas e de arquitetura.

Outros monumentos e símbolos que representavam o regime da República foram colocados e espalhados em toda região central da cidade de Maceió. Colocados em ponto estratégico, uma vez que, a circulação de pessoas eram muito maior do que em outras cidades do Estado alagoano. Maceió, a capital de Alagoas, e por isso a concentração e circulação de pessoas eram bem maiores por conta do seu comércio e do porto de Jaraguá, que faziam com que a cidade crescesse em prol de suas atividades comerciais e econômicas.

Na Praça dos Martírios foi inaugurado anos (1905) depois, o monumento do vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, conhecido como o consolidador da República ou Marechal de Ferro. De início o monumento de Floriano foi colocado no meio da Praça dos Martírios entre a Igreja de Bom Jesus dos Martírios e o Palácio do Governo de Alagoas.

(Fig. I) Jornal de Alagoas 1927-



Fonte: foto registrada por Gilson Arruda, Instituto Histórico Geográfico de Alagoas-IHGAL. (2020).

Na Praça dos Martírios foi inaugurada a pedra fundamental no dia 24 de fevereiro de 1905, na Quarta-feira, de 11 de junho de 1908.

As inaugurações contavam com diversos tipos de atividades em relação à inauguração desses monumentos. Segundo Duarte (1979, p, 39), relata que: “Às 4 horas da tarde, como fora previsto, chegam à Praça dos Martírios as forças federal e estadual,

sob o comando do capitão Cabral e major Acioli e uma multidão calculada em 2.000 (duais mil) pessoas”. Todas as forças e instituições republicanas compareceram ao local, para prestigiar ou para participar do ato. Estavam presentes o Governador, intendente, capitão, major do exercito, jornais etc.

Além dos monumentos dos heróis republicanos havia, também, o símbolo do governo de Alagoas, que foram postos em alguns lugares do centro da cidade, incluindo prédios e pontes. O brasão de Alagoas é recheado dos ideais do novo regime, e foi colocado em diversos lugares da cidade. Ele está presente na base da estátua da liberdade, na ponte próxima ao museu Téo Brandão e no Teatro Deodoro e na cadeira do governo no Palácio do Governo de Alagoas onde tradicionalmente acontece a posse.

(Fig. II) Cadeira do Governo de Alagoas 1m, 78 cm, Museu Palácio FlorianoPeixoto-MUPA-



Fonte: foto registrada por Gilson Arruda (2 0 2 0)

O Primeiro brasão da bandeira de Alagoas tem frases que representavam o avanço ideológico do regime republicano brasileiro, sua atuação e marcação foram em todos os pontos da cidade. Quem caminhasse pelo centro de Maceió, no início do século XX, se depararia com os brasões do Estado em vários lugares da capital. Mesmo o Teatro Deodoro tendo sua arquitetura em jônica tem na sua parte superior da fachada, o brasão do Estado. Em seus dizeres: “Paz e Prosperidade”, um lema das ideias positivistas de progresso. Também discutida nos encontros Pan-Americanos, que organizou os modelos de ruas para nova era civilizada no Rio de Janeiro, e que se espalhou por todas as capitais do Brasil, inclusive Maceió.

O liberalismo na cidade de Maceió entrou como fator modificador na vida social do povo maceioense. Mesclou-se ao positivismo e a República acentuando-se cada vez mais os fatores modificadores para uma nova sociedade.

Maceió apesar de ser uma cidade “interiorana” no início do século XX, sem muitas indústrias que a fizessem crescer economicamente de verdade, mas em relação a outras cidades poderosas economicamente do Brasil, ainda assim não ficou atrás na questão da modernização, que visava a anulação do seu passado, era forte o modernismo a evangelização do regime republicano e suas ideias políticas. Maceió executou todos os signos possíveis para colocar-se como cidade exemplo de civilidade, de modernismo, modernização, inaugurando seus prédios e Teatros, que viraram cartão postal para quem vinha de fora da cidade.

O regime republicano em Maceió, precisou criar imaginários, promovendo seus heróis e os colocando como salvadores da pátria. O que acontece após a proclamação da República é a inserção do regime no imaginário popular. Construiu-se símbolos em praças públicas, nomearam ruas com os nomes dos mártires Republicanos que morreram pelo regime, comemorava-se datas solenes ano a ano da proclamação nas escolas, cantava-se o novo hino e saudava-se a nova bandeira. O imaginário criado tinha apenas um objetivo, chegar até a cabeça, o coração e a alma do povo maceioense. Segundo Carvalho (2017, p. 9), esclarece que:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidade e objetos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2017, p. 11).

Pouco a pouco os símbolos iam fazendo parte das vidas dos maceioenses. Como se já não fosse o suficiente vê-los nas paredes misturados as construções neoclássicas, exaltando a prosperidade e por isso estavam ali, por conta da república, que banuiu o imperialismo atrasado e que tudo mudaria, também, nos hábitos das pessoas, uma vez que se inseriam também no centro da cidade bondes elétricos, abertura de cinemas e lojas de carros, e alinhamentos das ruas e calçamentos. Nomes de ruas antigas, relacionadas ao Império, foram substituídas por aqueles que cooperaram com a implementação do regime republicano.

O modelo republicano em Maceió criava no seio da sociedade expectativas de uma cidade que poderia avançar ainda mais. Aos poucos os maceioenses foram moldando-se até serem de fato socialmente encontrados dentro do novo regime. O processo de mudança foi tão forte, que refletiu no meio social: as vestimentas dos homens e mulheres eram completamente diferentes das do regime anterior. As pessoas passaram a ocupar mais espaços públicos, a frequentar mais o comércio e a morar na capital. As crianças começaram a frequentar mais a escola e a prática de e a cantar o hino da bandeira tornou-se um exercício cívico comum.

A Bela Época foi, também, a arma perfeita para os primeiros anos da República, pois as construções modernas, que surgiam no início do século XX em Maceió, eram oriundas do regime, como se ele fosse realmente o sinal de prosperidade e de mudança que muitos diziam esperar. A utilização das construções neoclássicas misturavam-se aos símbolos dos heróis da República nas paisagens. Em Maceió, o monumento do Marechal Floriano Peixoto foi colocado na Praça dos Martírios de frente para o novíssimo palácio do governo de Euclides Malta, que queria inaugura-lo no mesmo momento junto ao monumento do Marechal Floriano Peixoto.

Os jornais em Alagoas, como o *Gutemberg* anunciavam o convite à cerimônia para todos. O lançamento da pedra fundamental da estátua no dia 24 de fevereiro de 1905, a cerimônia contará com um cortejo organizado saindo da Praça Dom Pedro II, passando pela Rua do Comércio até chegar a Praça dos Martírios. Esses cortejos era um modo de evangelizar as pessoas. Assim como as procissões tem como objetivo de anunciar e evangelizar pessoas para seguir sua religião, bem assim fazia o governo. Cortejos eram anunciados nos jornais da cidade. Seu ponto de partida era definido e tinha toda programação dos participantes.

O cortejo iniciou-se na Praça Pedro II, seguindo pela rua do Comércio, com os alunos da Perseverança e Auxílio conduzindo um andor com a pedra artisticamente ornada com o retrato, em tamanho grande, do Marechal, envolto na bandeira nacional, tendo à frente o batalhão dos Aprendizes Marinheiro, sob as ordens do capitão Sadock de Sá. (DUARTE, 1979, p. 32).

Em 1905, foi lançada a pedra fundamental do Marechal Floriano Peixoto elaborada pelo centro cívico Floriano Peixoto de Maceió. Organizou-se as assinaturas de membros do governo do Estado. O cortejo nada mais era que uma evangelização do

governo para implantar nas memórias populares ao novo regime, com os seus heróis e agentes, passando pelas ruas mais movimentadas do centro da cidade de Maceió. Anunciavam a importância do regime e a força por meio da participação do exército e de membros do governo. Para a classe mais pobre, tudo aquilo permaneceria nas suas memórias, que seriam contadas pelos avós, e de pais para filhos, consolidando no espírito popular: a marca da República em Maceió.

(Fig. III) Praça dos Martírios. Monumento Marechal Floriano Peixoto, olhando para o Palácio do Governo, início do século XX



Fonte: Museu da Imagem e do som de Alagoas-MISA.

“Ata do lançamento da primeira pedra destinada ao monumento ao Marechal Floriano Peixoto”.

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de 1905, 17^o da República, nesta cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, pelas 5 horas da tarde, na Praça dos Martírios e no lugar designado pela Intendência Municipal, sob a administração do cidadão dr. Manoel Sampaio Marques, presentes os abaixo-assinados, por iniciativa do centro Cívico Floriano Peixoto, fundado nesta cidade a 2 de fevereiro do corrente ano, foi lançada a pedra fundamental de uma estátua ao Marechal do Exército Floriano Peixoto, vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Substituto do Marechal Deodoro da Fonseca, presidente resignatário, no 1^o quadriênio constitucional após a proclamação da República. Cargo em que se immortalizou aquele Marechal opondo resistência legal aos que tentaram depô-lo para derrubar as instituições republicanas. (DUARTE, 1979, p. 33).

A fotografia a cima reforça a representação forte do regime republicano, o militar representa a força republicana e suas ideias de progresso, de uma força política que se estabelecia no país.

Além dos monumentos inseridos na cidade capital de Alagoas, Maceió tratou-se de incorporar alguns outros monumentos que representavam o acordo comercial brasileiro durante os anos iniciais da República.

Outra ação política fundamental foi o Pan-Americanismo. O Pan-Americanismo estabeleceu diversos acordos com vários países da América, abrindo portas para uma intensa transição comercial de exportação e implementação de mais comércio industrial técnico-científico, gerando algumas absorções da cultura europeia na construção do centro de Maceió. Por exemplo: Monumentos como a estátua de Netuno ou a Estátua da liberdade no bairro de Jaraguá, também as dos vários índios representando os continentes na Praça Deodoro. Podemos afirmar que tudo isso significava quão estava inserido a capital alagoana na cultura europeia, que imitava uma das cidades mais belas da Europa, Paris na França, além dos acordos comerciais com as ideias dos norte-americanos. As representações continuaram nos novos carros, novas vestimentas de chapéu terno e sapatos sociais, que pouco a pouco iam tomando espaço na vida cotidiana das pessoas. No ambiente de trabalho, as novas ideias, visavam manter o cidadão no novo padrão de vida material, os fazendo vivenciar a modernidade de consumo e da liberdade.

(Fig. IV) Recepção do Dr. Affonso Penna na Praça dos Martírios. Início do século XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas-MISA.

Na fotografia acima aparecem várias pessoas, são na sua maioria homens, há poucas mulheres, idosos e crianças, com vestimentas da época. Chapéus e calças de maioria cor branca e sapatos pretos, esses caracterizam as vestes dos homens civis, de preto os soldados que participam do desfile na recepção do Dr. Affonso Penna. A cerimônia aconteceem frete ao Palácio do Governo do Estado em Maceió. Esses mesmos símbolos espalhados pelo centro da cidade criavam expectativas para se difundir no imaginário das pessoas. De acordo com Carvalho, (2017, p. 11):

“Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, torna-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas”.

Outra citação do mesmo autor, reforçando a ideia de mudança social e esclarecendo esse cenário alagoano:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidade coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade um homem novo. (CARVALHO, 2017, p. 11).

A mudança modernizadora que chegou com muita força em Maceió, e tratou de logo implementar suas novas ideias positivistas, inserindo seus símbolos nos cortejos populares anunciados pelos jornais da capital e do Estado. As datas comemorativas dos heróis da República Marechal Deodoro e Floriano Peixoto tornaram na capital essa difusão mais simples, já que os dois eram filhos da terra das alagoas. Seus monumentos foram erguidos com imponência em alguns pontos da cidade, as construções das pequenas pontes foram batizadas com os nomes e sobrenomes dos proclamadores da república, os nomes das ruas alterados para aqueles que prestaram serviços ao novo e jovem regime. Todos os políticos da República queriam deixar sua marca em alguma construção ou pequena obra, visando batizá-las com seus nomes ou com os representantes do regime:

A atuação de David, como pintor, revolucionário e teórico da arte, é o melhor exemplo do esforço de educação cívica mediante o uso de símbolos e rituais. À época da Revolução, o pintor já se tornara um dos principais representantes do classicismo, especialmente por sua tela *O juramento dos Horácios*. Para ele, no entanto, classicismo não era apenas um estilo, uma linguagem artística. Era também uma visão do mundo clássico como um conjunto de valores sociais e políticos. Era a simplicidade, a nobreza, o espírito cívico, das antigas repúblicas; era a austeridade espartana, a dedicação até o sacrifício dos heróis romanos. O artista devia usar sua arte para difundir tais valores. (CARVALHO, 2017, p. 11).

A difusão dos símbolos da República também adveio e se formaram das belas pinturas de artistas, que retratavam a época. Podemos ver isso a partir do pedido do governador Euclides Malta: duas pinturas dos marechais de guerra. Os dois Marechais foram pincelados por Rosalvo Alexandrino de Caldas Ribeiro (1865-1915), um dos maiores artistas, que com seu belo traço pintou com extrema beleza os dois Marechais da República, seus quadros foram parar no Palácio do Governo, símbolo maior de imponência já construída na cidade durante a Belle Époque e em todo período da República. Nessa época era comum através da arte, pinturas dos novos logradouros habitacionais, pinturas de ruas, monumentos e do cotidiano da nova sociedade que vivia a Belle Époque, fonte que deixará na memória popular as diversas lembranças das antigas construções neoclássicas e equipamentos da *Art Nouveau*.

Um outro ponto que precisamos analisar é o pensamento cívico. Para a educação cívica tinha-se a manipulação dos sentimentos postos através da arte, que se programou no meio social o imaginário produzido pelos artistas da época. Os belos quadros que retratavam os acontecimentos do novo regime político e da elite que pagavam por vários quadros retratando seus bustos com as novas vestimentas, eram barões da alta sociedade, baronesas, governantes entre tantos outros. Neste ponto esclareço, que não foi possível identificar os títulos e a herança deixada pelo Império.

Bem assim foi a tarefa do pintor alagoano que não só pintou os marechais a mando do governador como desenhou as principais praças do centro da cidade. Segundo afirma José Murilo de Carvalho em seu livro “A Formação das Almas”, esse era o método identificado como ritualístico de difusão no imaginário social pelos pintores da era da Revolução Francesa. Rosalvo Ribeiro pintor de grande reconhecimento, estudou na França e sabia bem a arquitetura da cidade de Paris onde residiu por um tempo. Paris passou a ser símbolo de uma cidade moderna bela e civilizada.

Toda influência que a sociedade sofria tratava-se de uma ideia que Benjamim Constant no final do século XIX, já discutia e falava nas escolas e em conferências na vida onde as pessoas tornar-se-iam indivíduos individuais, buscaria a felicidade através do progresso, e a política deveria ter como base principal garantir a liberdade civil, o desenvolvimento do comércio e da indústria de fato mudaria a geração do século XX, em um ritmo avassalador dos costumes, misturando antigos hábitos com os novos. Esse foi um dos legados que o regime Republicano brasileiro criou como perspectiva para a sociedade maceioense. E foi o que notamos em Maceió durante o período dos anos iniciais da República.

Todos os participantes considerados heróis do novo regime ficaram marcado na nova formação social, que pregava a liberdade e o individualismo social. A pintura de H. Bernardelli trazia o proclamador da República, os demais ganharam nomes equivalentes daqueles que seriam os responsáveis por inserir a República no Brasil. Seus monumentos foram erguidos em praças, e, em Maceió duas praças ganharam os símbolos dos heróis da jovem República. No meio deles dois eram alagoanos, o que cooperou, facilitou para a criação de centros republicanos e mais ainda para que o regime disseminasse com admiração pelos feitos dos dois marechais da República.

O positivismo deixou marca na capital maceioense, foram postos, criados e montados. Monumentos dedicados aos arquitetos, pintores, e políticos do regime que viraram símbolos e foram representados em praças, em cerimônias populares, cortejos cívicos, estatuas fundida em bronze ou cobre e pinturas monumentais em quadros gigantes para demonstrar quão grande era a importância e imponência dos seus proclamadores, apóstolos, e protetores do regime da República.

Sinais das principais vertentes que seguiram o regime apresentavam no escudo de Alagoas, o lema “paz e prosperidade” estava estampado no primeiro brasão do governo alagoano, além dos símbolos do progresso estampados em moedas e cédulas de dinheiro, e da modernidade, o trem, do navio a vapor, algodão e a cana de açúcar era destaque na nova bandeira que simbolizava os produtos comerciais de seu sustento econômico.

(Fig. V) Monumento da estátua da Liberdade com Brasão da Bandeira de Alagoas



Fonte: foto registrada por Gilson Arruda (2021)

Os estado Adotou até mesmo seus ideias. O monumento da estátua da liberdade na figura acima foi colocada em frente ao mar da praia de Maceió, com ela veio também toda ideologia de um regime na ideia de liberdade comercial e prosperidade dos países americanos. Logo, Alagoas tratou de ornamentar seu brasão com seus principais produtos que exportava, e os principais objetos de transporte que utilizava para exportação comercial.

O positivismo, corrente filosófica e ideológica de Comte, que se adquiriu na República como forma ideal para correr junto com o regime funcionava de modo diversificado pelos republicanos. Segundo Carvalho (2017, p.25) afirma que: “Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada. Esquemáticamente, podem ser distinguidas três posições”.

O Brasil tentou impor um modelo ideal de ideologias liberal para seguir junto a regime. A República ideal não foi decidida como plano de organização socialmente definida, mas foi brigando por espaço entre seus autores, fundadores e que sobreviveu a elite, que era mais forte. O Brasil e Alagoas imitavam as vertentes de repúblicas europeias, suas filosofias, adaptando-se a gerência nacional positivista de seus ideais e que foi implementada no Estado. Podemos ver a ideia na citação abaixo:

A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que procederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. (CARVALHO, 2017, p.58).

Para difundir o regime, foi necessário que a República investisse nos seus heróis. Os heróis do regime seriam patenteados de forma que o povo os visse como exemplo de luta cívica e de esperança para novos tempos. Se os cortejos festivos eram realizados no início do século XX, em Maceió era no intuito de que entrasse na cabeça da população, o regime que “atendeu as expectativas” de um povo. Dando-o assim um significado aos simbólicos utilizados nos seus monumentos. Os monumentos postos no centro da cidade de Maceió indicava e revelava a nova identidade social e de seus anseios políticos. Demarcava a representação dos novos ideais de luta social: Liberdade e Progresso. Eram cultuados ano a ano através de festas comemorativas fixadas em calendários. Servia como anúncio e divulgação. Deodoro e Floriano eram os personagens perfeitos para representar o novo regime, pois ambos eram contra a escravidão a favor do trabalho livre. De certo modo, os políticos que fomentavam a República e os seus simpatizantes, colaboraram para a criação dos seus heróis, o que não deixou de ser um anseio de certa camada do povo. Os centros cívicos Florianista em Maceió e alguns jornais que apoiavam o novo regime tratavam de promover as construções simbólicas na cidade de Maceió, que timidamente ia expondo os ideais republicanos em todos os locais, e expondo-os na paisagem do centro nos pontos onde havia os prédios e obras públicas mais significativo, que servia de cartão postal, símbolo de modernidade e progresso da cidade.

Segundo a revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas-IGHAL de 1979, jornais como: a **Tribuna**, **Jornal de Debates**, **Evolucionista** e o **Gutenberg** cobravam aos governos as festividades das principais datas dos eventos republicanos. Detalhava cada roteiro traçado, de canto a canto de onde aconteceria os eventos.

Prestavam homenagem em suas páginas inteiras de jornais. Poesias eram criadas em referência ao novo regime, novos artistas e pintores, que retratavam a bandeira, pintavam os principais lugares do centro da cidade transformando-os em referência de cidade moderna e civilizada de pessoas bem vestida e de grande *status* social. A nova sociedade agora tinha a cara dos novos heróis da república, moldados de acordo com a sua necessidade simbólica, causando apelo coletivo, sendo valorizado mesmo que de forma imperceptível pelas novas classes insurgentes. Carvalho (2017, p. 59), detalha com sabedoria e maestria os acontecimentos do esforço do regime para a transformação, a aceitação da sociedade brasileira para com os novos heróis:

No caso brasileiro, foi grande o esforço de transformação dos principais participantes do 15 de novembro em heróis do novo regime. As virtudes de cada um foram cantadas em prosa e verso, em livros e jornais, em manifestações cívicas, em monumentos, em quadros, em leis da República. Seus nomes foram dados a instituições, a ruas e praças de cidades, a navios de guerra. Quadros como de Henrique Bernardelle, exaltando Deodoro, foram expostos a administração pública. (CARVALHO, 2017, p.59).

A República não só ficou nos símbolos e em meio às praças públicas, como também adentrou em vários setores da cultura das massas. O novo regime inspirava poetas, novos pintores, os livros já contavam a origem do regime republicano com fotos dos seus Marechais heróis de Guerra do Paraguai. As novas construções passaram a receber os nomes de pessoas relacionadas ao regime. Rapidamente a antiga Maceió foi transformada em um recinto republicano, e através de suas construções modernistas, anunciava nos cartões postais e jornais as suas mudanças progressistas.

As novas construções de instituições do poder republicano anunciavam o novo estilo de vida das pessoas, que participaria das festividades comemorativas. Estas festas solenes aconteciam principalmente nas praças públicas, que imitava as belas praças de Paris na França. Segundo Azevedo (2018, p. 14), “No 2º mandato do governador Euclides Vieira Malta (1906-1909), em 1908, foi inaugurado em festa solene (LIMA, 2012, p. 30), fruto do projeto do pintor Rosalvo Ribeiro, o M1, primeiro projeto da Praça dos Martírios[...]”, a praça servia de ponte central entre as pessoas que transitavam pelo local para realização do comércio na cidade. A praça influenciava as pessoas por sua imponência que continha ao seu redor os palácios voltados a república e a atividade realizada pelos militares, os seus ensaios e desfiles.

A praça é um referencial para a população alagoana, assim como foi para a República que, serviu de marco para o sistema republicano, e que ainda hoje, serve como referência para expor as memórias do regime da República, seja através do monumento ou do conjunto arquitetônico presente.

3 MODERNO, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO EM MACEIÓ DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA.

Durante os anos primordiais da Primeira República no Brasil de (1889-1930), um grande movimento da arte influenciou e modificou os costumes culturais das pessoas em todos os estados do País. O contato com outros países a nível comercial fez com que costumes europeus (francês) influenciassem a modernidade, que surgia em Maceió, e que modificava paisagens através de construções e de novos hábitos. As influências culturais, só puderam ser concretizadas por conta do contato com os países do Ocidente.

Durante o século XX, essa ideia de modernização, onde o antigo ficaria para trás, adentrou no terceiro mundo, e acentuaram-se as ideias de modernização, introduzindo também em diversas cidades mais interioranas. Modificou-se os lugares, locais, originando-se a ideia de “modernidade”.

[...] Quando o termo “moderno” aparece no baixo-latim, só tem o sentido de “recente”, que mantém por muito tempo ao longo da Idade Média; “antigo” pode significar “que pertence ao passado” e, com mais precisão, à época da história a que o Ocidente, desde o século XVI, chama Antiguidade, ou seja, a época anterior ao triunfo do cristianismo no mundo greco-romano, da grande regressão demográfica, econômica e cultural da Alta Idade Média, marcada pela diminuição da escravatura e pela intensa ruralização. (LE GOFF. 2003, p. 174)

A revolução industrial, que surgiu na Inglaterra no século XVI, contribuiu para o conceito equívoco de modernidade. O antigo poderia ser substituído por “tradicional” e moderno poderia ser substituído por “recente” ou “novo”.

Segundo Lee Goff (2003, p. 173) explica que, “Na metade do século XIX, transformase com o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial”.

Os termos pode ser substituídos. O termo “moderno” encontrado no baixo-latim aparentemente só tem sentido de “recente”, que se mantém por muito tempo na Idade Média, já o “antigo” daria a entender que faz parte do “passado”, a forma onde teve mais precisão à época da história em que o Ocidente desde o século XVI, o chama de Antiguidade. De acordo com Lee Goff (2003, p. 174) “Quando, a partir do século XVI, a historiografia dominante no Ocidente, a dos eruditos, secundada pela do universitário, divide a história em três Idades: Antiga, Medieval e Moderna [...]”.

Durante o século XIX, domina a análise dos historiadores, que pensavam sobre o fim da Idade Média. Considerava que o modelo não era utilizado (Antiga, Medieval e, Moderna), pela historiografia doutrinária desta época. Existiam inúmeras ressalvas e restrições. O esquema não era geral, o conceito de progresso de sobrevivência nem sempre batiam com a época, pois o par antigo/moderno comportaria ambiguidades.

Finalmente, a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado, entre outras as da Antiguidade. É uma característica das “renascenças” e, em especial, do grande Renascimento do século XVI. *A moda retro* é hoje um dos componentes da modernidade. (LE GOFF. 2003, p. 174)

Lee Goff (2003, p. 175), a ponta que “[...] a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”. As sociedades históricas ainda que não percebesse a magnitude das diferenças e das transformações em que vivenciaram, sentiram o gostinho do sentimento do moderno.

Nascida durante a queda do Imperialismo Romano a palavra “moderno” originou-se durante o século V, portanto a periodização da história em antiga, medieval e moderna concretiza-se no século XVI.

A modernidade foi assinalada por Henri Hauser (1930); Théophile Gautier e Baudelaire, que lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império. A revolução Industrial passa a se impor e economistas, sociólogos e politólogos, definem e debatem a ideia de modernização, logo após a segunda guerra mundial, logo no contexto da descolonização e na emergência dos países de Terceiro Mundo.

Lee Goff (2003, p. 178), explica que também: “Se, por um lado, o termo “moderno” assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado, por outro, não está carregado de tantos sentidos com seus semelhantes “novo” e (o substantivo) “progresso”.

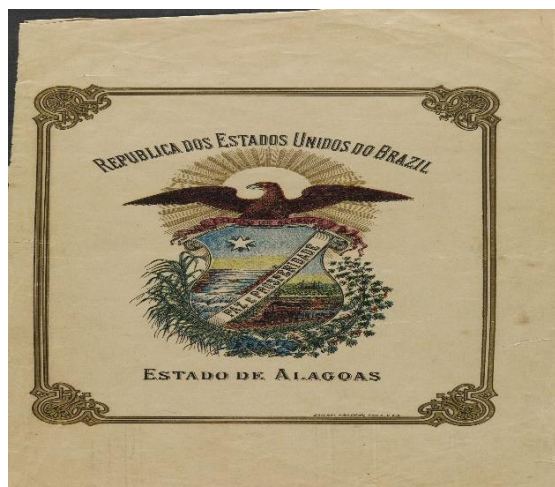
O moderno inaugura a consciência da separação, do corte com o passado. Porém, não é carregado dos seus sentidos, com seus semelhantes, o novo e o progresso. Onde o “novo” está relacionado a um nascimento, a um começo. O novo passa a representar o esquecimento, a ausência do passado. De acordo com Lee Goff (2003, p. 179), o “Moderno” defronta-se também com o que se situa na esfera do “progresso”.

No início do século XX, com a chegada do Regime Republicano em Maceió, o moderno torna-se sinônimo com sentido de progredir, de uma ala positivista, uma ânsia pelo progresso encobriu seu real significado. Os monumentos e os novos palácios e todas novas construções deixavam de ser algo moderno para caracterizar o “moderno” apenas como algo progressista e não recente. A burguesia assume o modelo de modernidade junto a elite agrária local, mas a massa de trabalhadores fica a margem desse processo. O espaço urbanizado e moderno estava restrito para a elite com suas praças e lojas.

As representações da nova era não ficaram nos grandes monumentos arquitetônicos ou nas praças. Podemos ver em outros espaços.

O primeiro brasão de Alagoas iniciado no regime republicano, confeccionado pelos símbolos do progresso e das ideias positivistas, durou até a década de 1960. O trem a vapor representavam o comércio e a industrialização, que se tornavam mais intensa na região. O lema positivista estampado em faixa: “Paz e Prosperidade”. A cana-de-açúcar e algodão representavam os dois produtos de comercialização e exportação. Este símbolo foi espalhado em vários pontos em Maceió, seja no Teatro Deodoro ou na antiga ponte dos Fonseca ou no monumento da estátua da Liberdade em frente ao Museu de Imagem e Som de Alagoas-MISA.

(Fig. VI) Primeiro Brasão republicano da bandeira de Alagoas.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Lee Goff (2003, p. 179), afirma que: “[...] o “moderno”. “Recente”, oposto a “passado”, tem também lugar, numa linha de evolução positiva; mas quando, no século XIX, o substantivo engendra um verbo e um adjetivo – “progredir”, “progressista” -, “moderno” fica de certo modo excluído, desvalorizado”. Mas, no caso de Maceió ficou caracterizado como algo novo, misturando-se as ideologias de Liberdade, progresso e modernização.

A Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, ocasiona nos termo antigo/moderno outro significado do que se via notado na antiga herança histórica. Os termos vão mudar radicalmente no fim do século XIX e no início do século XX. Surgem três novas extremidades de evolução e também de conflito. No fim do século XIX e começo do XX os movimentos de ordem literários, artísticos e religiosas passaram a ser rotulados de “modernismo”. Esses termos passaram a vigorar de forma inclusiva.

Conhecemos durante e início do século XX, o choque entre países mais desenvolvidos e, os atrasados, que levaram para fora da Europa e Estados Unidos da

América os problemas da modernização, que vão se radicalizar na descolonização após a Segunda Guerra Mundial. É no centro da aceleração da História, referente área cultural ocidental, surge um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética da mentalidade e dos costumes a “modernidade”.

No modernismo três movimentos diferentes alinharam-se, por suas reivindicações e os outros dois caracterizava-se da seguinte forma, segundo Lee Goff, um movimento literário, limitado à área cultural hispânica. Um conjunto de tendências artísticas, entre as quais a mais importante foi o *Modern Style* (Arte Nova); Vários esforços de investigação dogmática, no seio do cristianismo e, principalmente, do catolicismo. (Lee Goff. 2003, p. 185-186).

Essa mesma “arte nova” quando surge em Alagoas, adentra na vida da elite maceioenses, principalmente, através dos mobiliários e nas pinturas nas casas ou mansões burguesas construídos na cidade de Maceió. A arte nova foi de suma importância para que deixasse para trás os antigos moldes da vida cultural vivida pelos maceioenses no período imperial.

(Fig. VII) Mobiliário estilo Art Nouveau início do século XX.



Fonte: foto registrada por Gilson Arruda, Museu Palácio Floriano Peixoto. (2021)

O novo caracterizado pelo movimento “moderno” da arte nova sujeitou a sociedade maceioense a uma nova forma de vivencia cultural. Elas foram bombardeadas por belas decorações de mobílias de estilos, de faixadas de casas, de relógios decorativos da arte do neoclássico, cadeiras, mesas, toalhas e pinturas. Para os mais pobres que não tinham nem o que comer e trabalhavam arduamente, os novos paradigmas da

modernidade acabou de deixá-los mais excluídos. A distância entre os dois grupos era enorme e podemos identificar isso pelas residências, lugar onde moravam, disparidades econômicas e pelos altos índices do analfabetismo da população mais pobre.

Um outro elemento a ser analisado, dentro do modernismo, é o processo literário, iniciado ainda no século XIX, na Europa. O modernismo literário tem origem em 1890, com um conjunto de escritores da língua espanhola. Esse modernismo compreende, sobretudo poetas vivos na América Latina, trazendo um impacto positivo. O modernismo foi visto por alguns estudiosos como um movimento idealista aristocrático e esteticista (que ou aquele que defende e/ou pratica o esteticismo na filosofia, na arte) Mas que, também, era contra a antiguidade clássica, que escolhia os poetas franceses da literatura ou um modelo cosmopolita, como prática a ser seguida, (LE GOFF. 2003, p. 185-186).

Além do movimento literário, e da arte nova, havia outro movimento, o que remetia ao cristianismo. Segundo Lee Goff (2003, p. 186-187), afirma que “Em sentido estrito, o modernismo é um movimento interno da Igreja católica durante os primeiros anos do século XX”. O cristianismo que assume um caráter sagrado de batismo e o novo testamento. O foco no novo testamento é agora observado para os tempos modernos, o velho testamento é o considerado o antigo. Esse novo testamento é o que será mais utilizado nas vidas das pessoas para os novos tempos.

O termo aparece na Itália em 1904 e o seu uso culmina na encíclica *Pascendi*, do Papa Pio X, que o condena em 1907”. O modernismo deixou a igreja católica e os cristãos apreensivos, o modernismo colocou a igreja conservadora em conflito com a sociedade ocidental; de acordo com Lee Goff (2003, p. 186-187), “O termo “moderno” torna-se pejorativo no século XIX; os chefes da Igreja e os elementos tradicionalistas aplicam-no quer à teologia nascida da Revolução Francesa e dos movimentos progressistas da Europa do século XIX (o liberalismo e, depois, o socialismo) [...]”.

Era necessária que a igreja se posicionar mediante os seus fiéis. Tornou-se anti-moderna, por tomar a decisão de combater as ideias liberais e progressistas que adivinhajunto com o modernismo da época. Mas a igreja apenas condenava a preposição, ela teve que se atualizar e se contemporaneizar com o liberalismo e o progresso. A firma Lee Goff que: A igreja católica viveu sua própria crise eclesiástica.

Ainda de acordo com Lee Goff (2003, p. 187), “Ligados aos problemas da liberdade do ensino superior e da criação de cinco institutos católicos, este modernismo

suscitou uma crise particularmente grave na França, especialmente com Alfredo Loisy, excomungado em 1908”.

Alfredo Loisy (1857-1940), era padre Católico Romano Frances teólogo, fundador do modernismo na própria Igreja Católica. Crítico das visões tradicionais da bíblia de sua interpretação. Considerava a crítica a sagrada escrituras algo útil aos estudos teológicos. Sua posição o colocou em conflito com várias personalidades da Igreja Católica.

Em Maceió o cristianismo andou lado a lado com o regime Republicano. E reivindicava apenas o que era de seu interesse religioso. Em jornais como, o Semeador da Igreja católica, noticiava as picuinhas com as religiões afro-brasileiras. A Igreja exigido governo autonomia para atuar e influenciar a grande parte da sociedade. Era ela que participava ativamente dos cortejos nas praças e das comemorações militares da República. Seus símbolos estavam nas repartições públicas, tanto das intendências quanto do Governo do Estado. O moderno ia sendo controlado pela Igreja, que freava a conduta cultural do modernismo que surgia.

O movimento modernista surge e (posiciona em relação às) ações que dominava a vida política, intelectual e cotidiana. O modernismo questionou porque a Igreja era o principal obstáculo à modernização da sociedade. A luta contra o modernismo acabou misturando-se aos novos valores científico-tecnológicos, que acabou de alguma forma freando o movimento que se espalha em toda Maceió. Vivia-se o moderno, sem esquecer os valores católicos ainda de gerações mais antigas. Isso se mistura ao corpo social da cidade.

O *Modern Style* aparece para anexo ao campo do moderno, de um conjunto de movimentos estéticos. Em suma, estes movimentos marcam decisivamente a rejeição das tradições acadêmicas, o adeus ao modelo antigo (greco-romano) em arte. (LE GOFF. 2003, p. 188).

O modelo de arte conhecido como “*Modern Style*”, praticamente tem suas tendências existentes nos fatores ideológicos da revolução industrial presentes no liberalismo, no naturalismo e na democracia. (LE GOFF, 2003, p. 188).

Um outro ponto a ser verificado na presente pesquisa é no tocante ao movimento da revolução industrial, que chega ao nosso território nacional e que atinge Alagoas. As consequências dessa Revolução Industrial fazia surgir em Maceió as pequenas indústrias, lojas comerciais etc. Mas, de maneira visível entre as praças recém-formuladas, de modo que passamos a ter um monumento da mesma estátua da Liberdade dos Estados Unidos da América, hoje localizada em frente à Associação Comercial. A estátua possuiu um outro significado, representava acordos comerciais e influências do regime norte americano/ francês na capital. Na verdade, o estado alagoano estava em busca do modelo de progresso a ser desenvolvido.

Alagoas tem um protótipo - original - da Estátua da Liberdade, aquele maior símbolo monumental de Nova Iorque, Estados Unidos, feito pelo mesmo escultor Frances Frédéric Auguste Bartholdi. Só existem três originais no mundo, em Nova Iorque, Paris e Maceió! Ela está localizada na Praça Dezoito de Copacabana, bem em frente ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas, que fica no tradicional e histórico bairro do Jaraguá, perto também do bairro da Pajuçara, em frente ao Porto de Maceió.

É feita em bronze e veio para a capital alagoana, Maceió, por influência do pintor alagoano chamado Rosalvo Ribeiro, que era amigo do escultor.

A origem da Estátua da Liberdade é devido a um gesto de amizade entre Estados Unidos e França. O protótipo original chegou primeiramente no Rio de Janeiro entre os séculos 19 e 20 e veio para a capital alagoana logo em 1918.

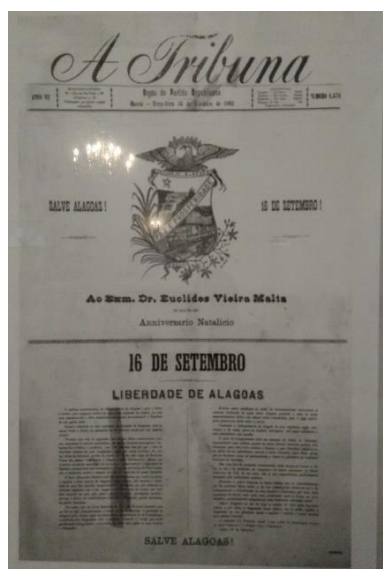
(Fig. VIII) Monumento da Liberdade. Início do Século XX, em Maceió/AL.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas -MISA.

Uma outra fonte importante para a pesquisa encontra-se nos jornais que circulavam em Maceió. Lá podemos identificar como a sociedade estava se sentindo diante das mudanças. Os jornais Republicanos anunciavam as novas construções de palácios, que abrigava o novo regime. Nas suas páginas iniciais a palavra “Liberdade” destacava a capa do jornal.

(Fig. IX) Jornal: A Tribuna de 1902, inauguração do Palácio Floriano Peixoto.



Fonte: foto registrada por Gilson Arruda, Museu Palácio Floriano Peixoto-MUPA. (2021)

Nas próprias paredes do Palácio Floriano Peixoto no início do século XX, quando inaugurado, obtinha desenhos, que lembravam a natureza, pinturas desenhadas nas próprias paredes. Servindo como forma de desenho, que remetia a natureza as folhas de acanto do salão nobre com cor predominante verde, e que anos depois passa a ser pintado de vermelho, deixando a parede lisa sem as decorações. Quadros de pintores locais passou a surgir, mostrando às paisagens e cenas do cotidiano das pessoas em Maceió. As decorações se expandiam para as casas dos mais abastados da cidade. Esse tipo de decoração era artigo luxo.

Na maioria das casas podia-se encontrar algum quadro que representasse uma paisagem, o cotidiano, pinturas dos monumentos, quadro com desenhos de frutas, dos novos automóveis entre outros elementos da vida cotidiana, moderna. De acordo com LE GOFF (2003, p. 188) ... “Pois que o inimigo é o antigo, que produziu o artificial, a obra-prima que se dirige a uma elite, o estilo moderno será naturalista e inspirar-se-á numa natureza em que as linhas sinuosas predominam sobre as linhas retas ou simples”.

No Brasil o primeiro embate entre antigo e moderno foi similar aos dos índios contra europeus. Os índios Brasileiros foram assimilados pelos portugueses. E nosso Estado sofreu com o imperialismo e o colonialismo ocidental. Assim que Marechal Deodoro Proclamou a República, em 15 de novembro de 1889, rompendo com o imperialismo sanguíneo de Portugal, criou uma identidade nacional e os brasileiros que aqui viviam se depararam com o novo modelo de desenvolvimento presente no mundo europeu e aderiram à ideia positivista e progressista para tentar tirar o país da falta de industrialização e aderiram ao sinônimo de modernização.

De acordo com Lee Goff (2003, p. 190), diz que:

Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização, e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado, distingue-se também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural. (LE GOFF. 2003, p. 190).

Em Maceió alguns acordos econômicos foram realizados, visando implementação de mais lojas para alavancar sua economia no Estado, para exportação de produtos a Europa e a através de outros Estados. Embora acontecesse timidamente, o Estado passou a ter uma economia mais ativa. Em Alagoas aconteceu no fim do século XIX e início do século XX, a abertura de pequenas fabricas e empresas que movimentou o comercio na capital de Maceió, ocasionando que, vários comerciantes viessem para a região central para negociar também seus produtos. Conseqüentemente com o crescimento da economia a região central da capital começou a levantar o que seria as suas memórias, seus monumentos paisagísticos, sendo o caso das praças e construções de prédios inspirados no movimento de modernização, que se ascendia nesse fim de século XIX e início do XX. Até os dias de hoje podemos observar sinais de influência desse modelo ocidental em Maceió, seja nas construções das praças na sua arquitetura, onde ficavam os principais poderes: Igreja, Intendência Municipal e Palácio do Governo Estadual.

(Fig. X) Rua do Comercio. Maceió. Início do século XX.



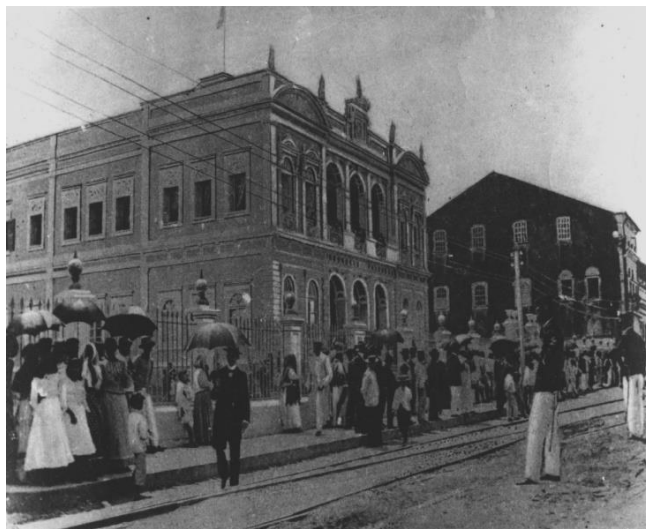
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas-MISA.

A imagem acima entrega uma paisagem modificada de um centro construído para atender as necessidades da modernidade. Assim como as vidas das pessoas a paisagem logo se transformou na cidade de pedras com bondes elétricos passeando nas ruas, calçadas foram construídas, novos objetos passaram a dividir o espaço com os Maceioenses, levando e trazendo pessoas para seus trabalhos, todas apressadas para não perderem a hora. Relógios foram construídos em lugares públicos. Já não era mais a paisagem da natureza a atratividade principal, mas as novas construções feitas de pedras, monumento de bronze

posto em praças pública modificando os locais e modernizando outros. Os espaços iam sendo preenchidos pouco a pouco com os elementos da modernidade.

O moderno também transparecia nas vestes e na liberdade de hábitos culturais, os passeios nas praças, o costume de ir à outra cidade para estudar, as novas técnicas e práticas de trabalho ou o simples deslocamento para ir ao centro utilizando bondinho, marcava a vida social e cultural dos maceioenses, como início a vida moderna na capital. O antigo ficou submisso a esse processo de “modernização” de Maceió, uma vez que, o regime republicano entrou com o enfeite modernizador para realizar o esquecimento do velho regime imperial e dos seus antigos hábitos. Pouco a pouco a paisagem da cidade foi sendo configurada com praças e palacetes, pontes e de novas práticas oriundas do ocidente.

(Fig. XI). Praça dos Martírios. Início do século XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas-MISA.

Na praça dos martírios aglomeração de pessoas, vestidas com ternos e longos vestidos. A maioria das pessoas segurando sombrinhas para se protegerem do sol. Provavelmente para acompanhar a inauguração do novo palácio da República de Alagoas em 1902, situado na Praça dos Martírios, centro da cidade.

A beira da calçada trilhos por onde passava o bonde. O novo cenário atraiu jovens crianças e idosos. As novas construções eram a atração principal simbolizando o moderno e o progresso da capital. Isso nos diz, que essa modernização é oriunda de uma

sociedade hierarquizada diante do momento da Revolução Industrial. Bem assim como se mistura as descobertas do século XIX, que se misturavam aos conjuntos de nações mais modernas.

Lee Goff descreve três modelos de modernização: modernização equilibrada, conflitual e por tentativas. A que representa mais o contexto da modernidade do fim do século XIX a início do XX, ou seja, a modernidade equilibrada, que se caracteriza pôr, de acordo com Lee Goff (2003, p. 190-191), que *A modernização equilibrada*, em que o êxito da penetração do “modernismo” não destruiu os valores do “antigo”.

O moderno adentrou na capital alagoana e mudou nomes de antigas ruas e avenidas. Aos desfiles e cortejos, ao surgimento de novos espaços e aparatos tecnológicos, no uso do transporte coletivo como o bonde e fábricas de tecido, cana-de- açúcar e algodão além de abertura de novas empresas comerciais.

(Fig. XII) Lojas Iracema. Início do século XX, Maceió.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas-MISA

A chegada de novos aparatos tecnológicos no início do século XX, na cidade de Maceió como: carros, luz elétrica, bondes, radio, exposição de peças de teatros, desfiles cívicos em praças públicas, criação de novas escolas de artes e novas formações acadêmicas, além de construções de novos estilos de casas e prédios públicos,

caracterizam na cidade a filosofia pelo progresso e pela modernização da vida dos maceioenses. A tecnologia influenciou a vida das pessoas em Maceió, agregando nelas, um novo ritmo e estilo de vida. E assim novos hábitos foram surgindo misturando-se com os hábitos interioranos das pessoas.

Maceió, embora uma cidade com características interiorana nos anos de início da República, viu seu aspecto paisagístico sendo transformados e o comportamento relacionados ao progresso econômico movimentado. Esse mesmo progresso não conscientizou os políticos do atual regime republicano para oferecer aos mais pobres uma política que os tirasse da miséria extrema e da vida árdua de trabalho. O que se deparava era com as ostentações de grandes palacetes e monumentos sendo exaltados juntos a desfiles nacionalistas exaltando a soberania Estadual e federal republicana. Com toda essa revolução técnico/científica aconteceu, mas alguns traços da Maceió de outrora: continuava sendo uma cidade pobre cheia de doenças e de seu povo passando fome e necessidades. Faltava educação à população mais carente e creches para as crianças, que eram submetidas a trabalhos árduos, junto aos pais, para garantir o sustento familiar.

O processo de modernização em Maceió caracterizou-se com a implementação de algumas fábricas, que exportavam para fora do país, alavancando a economia do Estado no início do século XX. Essa economia que movimentava cidade servia para governos inserir em Maceió, reformas e construções no seu centro, cuidando das praças, construindo pontes pequenas, prédios públicos para uso do governo. A discreta modernidade aproveitada pela elite no governo Malta, conseguiu inferiorizar mais ainda a classe mais pobre, que residia na região central de Maceió, suas casas foram derrubadas. Sem indenização alguma passaram a residir nas beiras de lagoas para se sustentarem da pesca. Os pobres não tinham vez ou voz, e como explica Sevckenko (2003, p. 30): “A autoridade pública permitia-se invadir e não raro destruir, seja o casebre sertanejo, seja o cortiço, o barraco ou mocambo nas cidades”. E ainda:

Durante os dois triênios, o ilustre filho de Mata grande fez uma proveitosa administração cujos trabalhos foram de grande utilidade pública, e muito deles nos servem ainda hoje era Dr. Euclides Malta um homem culto, dinâmico e enérgico, portador de um senso refinado para suprir as necessidades do momento.

- Construiu o Teatro Deodoro e o Tribunal de Justiça;
- reformou a instrução publica, fazendo escolas e mobiliando-as;
- Organizou um gabinete de física e um laboratório de Química para o Liceu Alagoano;
- Erigiu os monumentos de Floriano, Deodoro, Sinimbu e Dona Rosa da Fonseca, nas praças dos respectivos nomes;
- fez o cais no Rio São Francisco, em Penedo;
- deu assistência às santa Casa de Misericórdia;
- auxiliou generosamente ao novo bispado, não só materialmente, ajudando a construir um patrimônio para o Seminário, como também dando apoio moral às atividades religiosas. (ALBUQUERQUE. 2002, p.202).

Durante o governo de Euclides Malta muitos prédios de instituições foram inaugurados na capital Maceió, essas inaugurações representavam o desenvolvimento e crescimento da cidade, assim como a modernização que caminhava a passos curtos na cidade. Quanto mais se fazia, construía, se entendia que a cidade estava em constante crescimento, que estava crescendo conforme os padrões europeus, era início da Belle Époque, que surgia ainda que timidamente.

(Fig. XIII). Santa Casa de Misericórdia de Maceió. Início do século XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas -MISA.

Na foto acima percebemos o prédio da Santa Casa. Aos poucos a cidade de Maceió preenchia os espaços do centro com as construções inauguradas por Euclides

Malta, governador de Alagoas que, junto ao irmão Joaquim Malta, totalizou doze anos no governo alagoano.

A cidade sofria com a oligarquia, com os mandos e desmandos das elites locais. Mesmo durante os doze anos dos Malta no poder do Estado, o máximo que se fez foi uma ou outra construção de prédios e monumentos dos principais agentes do regime republicano nas praças da cidade para insinuar que a modernidade chegou à cidade. Quando Na verdade esses monumentos faziam parte de uma construção simbólica, para ser inserida na memória popular.

A modernidade não só predominou no pensamento do “novo homem”, para o novo homem o moderno é também o novo regime, a república que já traz consigo novos ideais considerados modernos e que propõe um novo estilo de sociedade através da tecnologia científica e da industrialização.

O Novo homem da elite maceioense deve pensar em progresso, em ciência, em conseguir riquezas nunca antes sugeridas no mercado econômico imperial. A nova ideia de progresso está na carne e nos pensamentos de todos, controlando até mesmo o modo de fazer política e de executá-la, criando-se com a finalidade de progresso, transformando-o em moderno no imaginário popular junto com seus símbolos artísticos.

Com os acordos Pan-Americanos de âmbito econômicos, territoriais, de exportação e importação de produtos para o livre comércio de navegação de mercadorias, foi forjando-se durante o início do regime republicano do século XX. Nos países menos desenvolvidos a implementação da industrialização técnico-científica ocorreu, que adentrou várias cidades portuárias. Nesse sentido, elevou-se o desenvolvimento da cidade de Maceió, com o critério econômico priorizado. Maceió passou de ter um bonde puxado por burros a um bonde elétrico e depois se utilizando de transporte movido a diesel. Esse movimento econômico era a base da modernização na cidade, ela era sinônimo de progresso, realizada através das instituições republicanas que ajudava os maceioenses a esquecer do antigo, o antigo regime Imperial e suas culturas.

No final do século XIX e início do XX os conceitos sobre as relações das pessoas e familiares tendem a se alterar. Era uma das características da modernidade, a racionalização da economia e dos recursos naturais. Esses critérios passam a ser característica da modernidade nos países do terceiro mundo, consolidando-se na industrialização, e difundindo-se nas mentalidades. O moderno é também sinônimo de desenvolvimento, crescimento, esta mesma visão foi aproveitada politicamente para fixar o novo regime que se consolidava em Maceió, mostrando como o novo regime era o que poderia ser mais provedor.

Segundo Lee Goff (2003, p.199), diz Pierre Kender (1975, p. 16), “que as estruturas da vida moderna são, diferente, o produto de duas séries de revoluções: a que interveio na esfera da *produção* (passagem do artesanato à indústria) e a que teve lugar na *política* (substituição da monarquia pela democracia)”.

A ciência, a indústria e as técnicas de trabalho eram chaves para que a modernidade se desenvolvesse em Maceió e com a industrialização surgindo aos poucos em vários municípios do Estado alagoano, causou o fim dos engenhos, e que formava os novos valores políticos que definia a nova sociedade moderna.

No século XIX, a ex-colônia Norte Americana era uma das mais que se desenvolvia no mundo todo, em questões de: progresso, crescimento, civilização e modernidade. Os partidos republicanos que havia no Brasil e em Maceió observavam e tinha os Estados Unidos da América como modelo de uma colônia que conquistou sua independência, tornou-se desenvolvida e moderna, livre das amarras do regime imperial, e que contagiava o mundo com o capitalismo, e a narrativa da liberdade econômica, comercial e social civilizatória.

Os militares que já sabiam das ideias de progressismo de Comte, e dessa contaminação positivista de Benjamim Constant nas academias militares, desejaram de se tornar um país moderno, isso levou parte dos militares a derrubar o imperador Dom Pedro II, através do golpe militar, visando os ideais de Liberdade e nacionalidade, instaurou-se a República no Brasil.

Os Estados passaram a criar suas instituições, o que passou a ser símbolo de: modernidade e crescimento. Em Maceió, no início do século XX, foram inaugurados o Palácio do Governo, e anos depois a Intendência Municipal, o Teatro Deodoro, além de

muitas praças públicas e abertura de pequenas empresas comerciais. Confeção de ruas para uso de bonde elétrico. Mesmo no calor tropical escaldante da cidade os novos estilos de roupas, ternos brancos ou pretos e chapéus caracterizavam o poder de consumo social e de civilização de um homem que vivia na cidade.

Monumentos que representavam os ideais norte-americanos, da cultura europeia, passaram a integrar a paisagem da cidade de Maceió. Sevckenko (2006, p. 27), explica que: “Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado do país e pela mera reforma institucional eleteve fixado um nexo coextensivo com cultura e a sociedade das potências industrializadas”.

Para os maceioenses era pura novidade, e, à medida que a República criava e construía seus monumentos, seus símbolos, permeando nos espaços públicos seus ideais, conseguem causar no imaginário das massas a vivencia de uma modernidade que se forja facilmente pela carecia de uma cidade sem muito desenvolvimento desde regime imperial.

Para concluir, a modernidade definiu-se por seu caráter de massa: é uma cultura da vida cotidiana e uma cultura de massas. Baudelaire, apesar de sua definição elitista, orientou a modernidade para o que Henri Lefebvre, filósofo da modernidade e da vida cotidiana, chamou “a flor do cotidiano”. Os movimentos artísticos da Arte Nova, na virada do século XIX para XX, investiram a modernidade quer nos objetos quer nas obras, a modernidade conduz ao *design* e ao *gadget*. Pierre Kende vê uma das características da modernidade e da aceleração na “difusão maciça das idéias”, na “comunicação de massa”. (LE GOFF, 2003, p. 200).

Entre vários aspectos que solou ao final do século XIX e o início do século XX, foram os movimentos artísticos em prol da modernidade. A arte nova assimilou-se em vários objetos, podendo ser vista em várias-diversas obras de arte que conduz o imaginário das massas. A modernidade mesclou-se facilmente nas vidas e no cotidiano dos maceioenses. Ela estava nos mobiliários, na literatura nas obras artísticas e artesanais.

O antigo: Imperialismo, o moderno: a República, ambos os regimes diferentes, mas que marcou os maceioenses na sua maneira de interagir com a própria vida. A

economia capitalista realizada a través da industrialização permeia um crescimento acelerado, propondo novas metas para a vida social dos maceioenses do início do séculoXX.

Ela proponha um universo de bem-estar, do lazer e claro do consumo. Essa modernidade não só têm uma classe como foco principal, mas agora todas elas.

O Regime “moderno da República” essa coisa pública incumbia esperança aos que desejavam acender socialmente na vida. As máquinas iam substituindo aos poucos o trabalho manual dos homens do campo.

Na cidade, utilizava-se máquinas para as novas construções, e equipamentos modernos com finalidade para acelerar o trabalho antes pesado. O método manual de trabalho se tornou antigo, pois moderna seria a utilização das máquinas modernas, o novo método de produção de capital para ganhar dinheiro mais rápido e ágil nas indústrias, colaborando assim para as exportações com maior quantidade de produção.

Mesmo que a modernidade tenha uma tendência para atingir às massas, não é ela que a coordena, e sim a elite que a difunde a sua maneira, e por tanto, a classe mais pobre de Maceió não desfrutou de seus efeitos como deveria. Continuou pobre, ganhando pouco sendo explorada pelas novas formas de trabalho e serviços que surgiam no Estado. Na verdade, observava-se a discriminação em relação às suas vestes, cor e a posição na pirâmide econômica social.

Na economia urbana da passagem do século, a expansão das cidades gerou sem dúvida uma ampliação nas oportunidades de trabalho, mas esta se deu mais no setor de serviços e nos espaços de economia informal, das vendas ambulantes nas ruas aos pequenos negócios de fundo de quintal, do que nos diversos ramos da indústria. Os estudiosos pontam para uma industrialização ainda dispersa, aferrada à produção de gêneros de consumo – industriais têxteis, aniagens e tecidos de algodão e de lã, bebidas e objetos de uso -, incapaz de absorver o número crescente de trabalhadores que chegavam em proporção superior à das necessidades ou demandas das novas indústrias. Mesmo em sua aparência, os primeiros tempos da industrialização manifestavam-se de maneira tímida e oscilante – galpões atijolados emparelhados às casinhas dos distritos populares, seguindo ao longo das linhas férreas, com as quais tinham ligações diretas, expandindo-se em direção às adjacências rurais. (SEVCENKO, 2006, p. 112).

No início do século XX, a economia das cidades urbanas provocou a expansão da oportunidade de trabalho, onde foi mais visível no setor de serviços e de trabalho informal, caracterizadas por vendas de ambulantes nas ruas e pequenos negócios em suas próprias residências de Maceió. Em Alagoas as indústrias têxteis e de algodão e tecidos colaborou com a economia do Estado e Municípios, como já foi abordado no primeiro capítulo. De fato os primeiros passos da industrialização na cidade de Maceió também foram a passos curtos, tímidos para um século, que expandia seu capitalismo industrial através dessas práticas econômicas. Foi assim que o modernismo espalhou-se na capital maceioense, através de pequenos espaços gerados pela economia, pela arte e os monumentos, e as novas construções.

Se no período Imperial a vida urbana vivia no aspecto interiorano e rural com a chegada da economia capitalista, técnico-científica e a ideia de progresso, pouco a pouco foi moldando a vida e o cotidiano dos maceioenses, dando-lhes outro ritmo de vida e outras doenças também. O setor de serviços cresceu e novas formas de negociação e de produtos além das aberturas de novas firmas pelo centro da cidade.

CONCLUSÃO

Durante o processo de modernização, que ocorreu em Maceió no final do século XIX e início do XX, por conta do regime Republicano proclamado por Marechal Deodoro em 15 de novembro de 1889, a vida dos maceioenses mudou ferozmente, mudaram-se os hábitos e costumes, elaborados durante o período de início da República, tratando de ornamentar uma nova vida social, que jamais vista.

A burguesia que estava no poder tratou de modificar o cenário da cidade, através das políticas de progresso e de crescimento dela. Modificou-se dès da arquitetura de praças, ruas e pontes e das casas aos Teatros com fachadas ecléticas. Monumentos europeus, que aqui existem, até os dias de hoje na paisagem da cidade, expõem a influência europeia que a cidade flertou.

Maceió, ainda no início do século XX, era de características interiorana, ao longo dos anos 1900 os enfeites e enfoques, que o regime republicano desenvolveu para a vida cotidiana das pessoas. Não só mudou o cotidiano das pessoas, como acrescentou outros novos hábitos sociais, misturando hábitos antigos aos novos mais modernos. A tecnologia era algo revolucionário para época, bem assim, como os novos estilos de vestimentas e novas profissões de trabalhos que surgiam.

A Belle Époque passou por Maceió e deixou um rastro de uma possível perspectiva de ascensão econômica para o povo mais pobre da cidade.

O início do século XX, para a República era de uma limpeza no imaginário popular, era necessário fazer e executar políticas onde os maceioenses esquecessem do antigo regime. A Igreja colaborou para as passeatas dos heróis republicanos nas ruas, suas datas e aniversários eram sempre lembrados com reunião de todos em praças públicas.

A chegada do moderno significou que, o que passou, já não era mais importante, nem mesmo para ser lembrado. As ruas tomaram outros nomes, as praças receberam nomes dos generais e agentes do regime republicano. Seus rostos foram estampados nas cédulas, e pintados em quadros e moedas brasileiras. Os símbolos foram determinados e espalhados em obras realizadas pelo Governo do Estado ou da prefeitura da cidade de Maceió.

Vale salientar, que uma análise mais aprofundada sobre a pesquisa seria de grande importância, sobre as questões da política econômica da cidade de Maceió. Os acordos que o Brasil realizou, como medidas para a modernização durante as reuniões Pan- Americanas e decisões, que conseqüentemente influenciou a capital Maceió, como foram apresentados no corpo do trabalho.

Defendemos que a Bella Époque só chegou a cidade de Maceió por conta dos acordos Pan-Americanos, e por causa do regime republicano que consolidou acordos econômicos com outros países estrangeiros, tornando a economia da cidade mais intensa, e que com isso abriu-se portas para consumo dos produtos e da cultura europeia em Maceió. Portanto, a presente pesquisa nos revela como surgiu essa modernidade através da República, mas que ainda carece de aprofundamento, quanto ao teor da política econômica externa da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, MYLLENA KARLA SANTOS. **Estudo Sobre a Construção das Paisagens da praça: Dom Pedro II, Marechal Floriano e Marechal Deodoro.** Maceió: Imprensa Graciliano Ramos, 2018.

BRUNET, KARINA. **Crise do Estado: participação e solidariedade.** Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 38 n. 152 out./dez. 2001.

Brasão de Armas do Estado de Alagoas [Iconográfico]. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> > Acesso em : 13 de Abr. 2021.

CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, JACQUES. **História e Memória.** 5ª Ed. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2003.

NORA, PIERRE. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. Departamento de História-PUC-SP. São Paulo-SP, 1993.

NOGUEIRA, CARMEM. **Belle Époque: a cidade e as experiências da modernidade.** Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019.

NOGUEIRA, CARMEM. OLIVEIRA, FÁTIMA. GENS, ROSA. **Belle Époque: crítica, arte e cultura.** Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Feperj, 2016.

ROSALVO RIBEIRO Um Incompreendido. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,** Maceió: ed. SERGASA, vol. XXXV. 1979.

SANTOS, LUIS CLÁUDIO VILLAFANE G. **O Evangelho do Barão.** São Paulo: Ed. UNESP, 2012. 176p.

SANTOS, LUIS CLÁUDIO VILLAFANE G. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império o Interamericanismo.** São Paulo-SP: Ed. UNESP, 2004.

SEVCENKO, NICOLAU. **História da Vida Privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio.** São Paulo-SP: Companhia das Letras. 1999.

Tenório, Douglas Apratto. **A METAMORFOSE DAS OLIGARQUIAS**. Curitiba: HD Livros Editora, 1997.